

AVANÇA PROJETO DA ACS PARA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO

Câmara de Petróleo e Gás da entidade debate perspectiva offshore na Baixada Santista

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/cont/entid/policy:1.124148:1603387544/Plataforma-de-oleo-da-Petrobras.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=7f7059c&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/cont/entid/policy:1.124148:1603387544/Plataforma-de-oleo-da-Petrobras.JPG?f=2x1&pf=7f7059c&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Objetivo é organizar projetos para o desenvolvimento das operações de óleo e gás no Estado (Foto: André Motta/Banco de Imagens Petrobras)

Fomentar novos projetos para a área de petróleo e gás. É com este intuito que a

Câmara da Associação Comercial de Santos (ACS) voltada ao setor quer criar uma Agência de Desenvolvimento no Estado.

Há mais de dois meses, os integrantes da Câmara realizam diversas reuniões com empresas e órgãos governamentais para defender os interesses offshore na Baixada Santista.

Em videoconferência realizada na terça-feira, o secretário da Câmara, Eduardo Varela, explicou que a intenção de criar a agência é organizar projetos para o desenvolvimento das operações de óleo e gás no Estado. No encontro, foram ressaltados também as atuais potencialidades do Porto de Santos e do Estado para atendimento imediato de demandas por parte das grandes empresas e principais envolvidos na cadeia logística do segmento.

“Percebemos em conversas com as grandes empresas (oil majors) que muitas delas não operam pelo Porto de Santos porque não existe um suporte regional. Queremos com essas reuniões construir, de forma colaborativa, um plano de desenvolvimento robusto e eficaz”.

Visão de negócios

O coordenador da Câmara, Gustavo Pierotti, disse que o comando dessa agência deverá ser feito por um executivo com experiência no mercado. “Ele deve ter perfil de vanguarda, visão de negócios, networking e ter amplos conhecimentos sobre o setor de petróleo”.

Pierotti destacou que a reunião teve a participação de importantes empresas e órgãos como a SBM, a BW Offshore, a Aker Solutions, Saipem, a Wilson&Sons, a Abimaq, a ANP, a Fiesp e o Instituto de Engenharia. Além do coordenador-geral administrativo da superintendência de desenvolvimento e produção da ANP, Marcelo Mafra e do assessor-executivo da Subsecretaria Estadual de Infraestrutura, Ricardo Cantarani. Eles expuseram o ponto de vista sobre o setor e o elevadíssimo potencial para as atividades on e offshore de Oil & Gas no Estado, em um cenário bem diferente de 10 anos atrás, com novos players e descobertas confirmadas no litoral paulista.

O gerente regional do Sebrae, Marco Aurélio Rosas, e a consultora, Patrícia Ovalle, anunciaram que em 2021 serão desenvolvidas ferramentas para a cadeia de petróleo e gás, pensando também no Porto de Santos e retroporto.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 23/10/2020

FREDERICO BUSSINGER: AUDITORIA PORTUÁRIA DO TCU: COPO MEIO CHEIO E MEIO VAZIO

A partir da boa reportagem do TCU, análises causa-efeito precisarão ser aprofundadas para se lograr um diagnóstico mais consistente

Por *Frederico Bussinger*



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.124327:1603472976/Porto-Mar-Opini-o-Arte-Padron.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=a425976&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.124327:1603472976/Porto-Mar-Opini-o-Arte-Padron.jpg?f=2x1&pf=a425976&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Frederico Bussinger: Auditoria portuária do TCU: copo meio cheio e meio vazio (Ilustração: Padron)

Agora é oficial. O acórdão do plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) ratifica a auditoria operacional da sua área técnica. Esta, em 79 pgs e 520 itens, sistematizou dados e fatos comprovando haver no Brasil, para o bem ou mal, dois regimes portuários distintos. Aliás, como o vaticinou a ex-pres. Dilma ao lançar a MP-595 (45m36), base do modelo vigente.

O relator dessa vez alinhou-se à área técnica. Seu voto agrega mais 17 pgs e 151 itens à análise. Em síntese, duas determinações e sete recomendações com a intenção de sanear as assimetrias entre arrendamentos e TUPs, atribuídas aos cinco “achados”: i) processo licitatório para arrendamento complexo, rígido e moroso; ii) arrendatários sem flexibilidade para adaptações ao mercado; iii) limitação dos terminais arrendados provocada pelo monopólio do Ogmo; iv) prestação de serviços das autoridades portuárias prejudicada pela dificuldade de contratar e falta de recursos; v) gestores sem qualificação técnica ou gerencial.

Alguma surpresa? Ainda que se possa discutir a caracterização e relevância desses “achados”, eles são frequentadores habituais de notícias, seminários e webinars. E de há muito, o que não minimiza a importância do Acórdão do TCU: doravante, eles poderão ser citados já não mais como mera opinião, mas como realidade comprovada pelo TCU. E com sua grife que, de uns tempos a essa parte, passou a ter grande peso e significado.

Constatação de relevância discutível, a ociosidade de áreas nos portos públicos (item-472ss) ganhou destaque, tanto no relatório da auditoria como no voto e acórdão. O ministro entende ser “apropriado investigar as causas” (89) e o recomenda. Como hipóteses: “rigidez do modelo e gargalos da administração pública”. Curioso é que a esmagadora preferência dos investidores por TUP (475ss, 507, 512), 86% entre atuais arrendatários e 96% dos TUPs, não é associada à ociosidade nem arrolada como causa!

A governança de Antuérpia é citada em tom elogioso (126). É informado: metade do conselho é de políticos e metade de empresários (melhor seria caracterizá-los como sendo da sociedade civil). Curioso: na Bélgica tudo bem, mas no Brasil indicações políticas é a “geni” da vez, e explicação para quase todos os males portuários!

A centralização do processo decisório ora é apontada como causa do atual quadro (p.ex: 158ss; 161ss; 169; 192; 233ss; 242; 497); ora é defendida (57ss). O que se conclui? O certo é que nenhuma das determinações ou recomendações trata do tema. Aliás, elas são no geral poucas e tímidas, bem aquém do robusto relatório: parecem até duas peças distintas!

Flexibilidade e autonomia são tanto o principal destaque do benchmarking internacional (Roterdã, Antuérpia, Houston, Espanha, Londres, Austrália e Portugal), como “objeto de desejo” do universo de atores entrevistados. Mas como compatibilizá-las com a ideia do planejamento centralizado? E dos “clusters” pré-definidos?

Perdas de oportunidades de investimentos, devido à centralização e morosidade, são apontadas (113ss). Mas o relatório não chega a quantificá-las, da mesma forma que perdas de valor de ativos dos portos públicos, algo qualitativamente evidente.

Esses são alguns exemplos a indicar que, a partir da boa reportagem do TCU, análises causaefeito precisarão ser aprofundadas para se lograr um diagnóstico mais consistente; inclusive para fundamentar a defesa da “desestatização” como remédio genérico para todos os males (470): essa tarefa pode ser feita em uma próxima auditoria operacional. Mas por que não também pela “comunidade portuária” e pela sociedade civil?

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 23/10/2020



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ PARTICIPA DA ENTREGA DO PRÊMIO VIA VIVA PORTUÁRIO DE SUSTENTABILIDADE 2020

Resultado do Prêmio Via Viva 2020 portuário foi escolhido com base no Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da ANTAQ



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Porto-de-Itaja%C3%AD-2-768x515.jpg>

Porto de Itajaí, vencedor do Prêmio Via Vida 2020 na categoria de porto público (fotos Capa e interior: Porto de Itajaí/Divulgação)...

O diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Adalberto Tokarski, participou na manhã de hoje (23) da solenidade de entrega do Prêmio Via Viva 2020 portuário, promovido pela Subsecretaria de Sustentabilidade do Ministério da

Infraestrutura. Tokarski entregou o Prêmio na categoria de porto privado ao TUP Porto de Itapoá. A premiação na categoria de porto público foi entregue pelo secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni. A solenidade, realizada por videoconferência, foi conduzida pelo subsecretário de Sustentabilidade do Minfra, Mateus Amaral.

As duas instalações portuárias catarinenses foram os destaques do ranking do IDA/2019, divulgado em agosto último. O Porto de Itajaí (SC) conquistou o primeiro lugar na categoria de portos públicos, com 99,47 pontos. Já o Porto Itapoá Terminais Portuários de Santa Catarina ganhou entre os Terminais de Uso Privado (TUPs), com 99,26 pontos.

Ao entregar o prêmio ao superintendente do Porto de Itajaí, Marcelo Salles, o secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA/Minfra), Diogo Piloni, enalteceu a gestão do porto público catarinense, que desde a implantação do IDA sempre ficou nas primeiras colocações do ranking. Piloni também destacou o IDA portuário, desenvolvido pela ANTAQ, manifestando que o produto da Agência para a melhoria da gestão ambiental dos portos brasileiros serviu de modelo

para a construção dos Índices de Desempenho Ambiental (IDAs) desenvolvidos pelos outros modais de transporte.



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/Porto-de-Itapo%C3%A1-768x389.jpg>

...e Porto Itapoá, vencedor na Categoria de porto privado. Foto: Porto Itapoá/Divulgação.

O diretor comercial do (TUP) Porto de Itapoá recebeu o Prêmio Via Viva 2020 na categoria porto privado das mãos do diretor da ANTAQ. Tokarski destacou a iniciativa do Prêmio do Minfra, ao afirmar “que todos temos obrigações com a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente”.

Tokarski lembrou que o artigo 225 da Constituição Federal preconiza que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. E Para que isso ocorra, afirmou ainda “é essencial a sua preservação e manejo de forma sustentável, em que os recursos possam ser utilizados de forma a não acarretar seu esgotamento, podendo assim ser usufruídos pelas gerações futuras”.

“Preservar o meio ambiente – prosseguiu – é um ato importante não só para a humanidade, mas para todo o planeta. Afinal, é nele que estão os recursos naturais necessários para a sua sobrevivência, como água, alimentos e matérias-primas”.

O diretor da ANTAQ continuou: “Ao longo da existência humana, muitos dos recursos naturais foram sendo degradados. Isso ocorreu por meio da queima de combustíveis fósseis; descarte de lixo e esgoto em rios e mares; crescimento desordenado das cidades; gestão hídrica inadequada; queima e destruição de matas e florestas, entre outros. O resultado disso é o aquecimento global; alterações do ciclo natural de chuvas, animais e plantas; falta de água; poluição do ar e água; entre outros”.

Tokarski salientou o trabalho da Agência na sua competência de incentivar as boas práticas ambientais nos portos brasileiros: “Buscando provocar que os objetivos das empresas sejam cumpridos de forma sustentável, e seguindo essas premissas, coube à ANTAQ por determinação legal, conforme estabelece a Lei nº 10.233/2001 (Art. 11 – V), atuar para que o gerenciamento da infraestrutura e a operação do transporte aquaviário também sejam regidos pelo princípio da sua compatibilização com a preservação do meio ambiente. Neste sentido, a ANTAQ vem acompanhando a gestão ambiental nas instalações portuárias e, com isso, conhecendo o estado da arte desta gestão. Este acompanhamento tem possibilitado à Agência intervir no ambiente portuário para aprimorar a qualidade dos serviços prestados sob o ponto de vista ambiental”.

“Assim – prosseguiu – para melhor conhecer e avaliar o atendimento à legislação e a adoção de boas práticas ambientais por parte dos portos, foi desenvolvido um sistema de monitoramento da gestão ambiental dos portos organizados”.

“O resultado desse trabalho – prosseguiu ainda – superou as expectativas e permitiu à ANTAQ instituir, por meio da Resolução nº 2.650/2012, o Índice de Desempenho Ambiental (IDA) como instrumento de acompanhamento e controle de gestão ambiental em instalações portuárias. Portanto, o IDA permite quantificar e simplificar informações de forma a facilitar o entendimento do público e de tomadores de decisão acerca das questões ambientais portuárias.

A metodologia de avaliação

Tendo em vista a diversidade de indicadores e a complexidade das questões ambientais no setor portuário, o IDA foi construído com o uso de metodologia de análise multicritério, considerada a mais adequada para tratar problemas de avaliação de desempenho ambiental.

Os indicadores que compõem o IDA foram escolhidos com base em literatura técnica especializada, legislação ambiental aplicável e boas práticas observadas no setor portuário mundial. Os 38 indicadores foram então classificados e ponderados entre si quanto ao grau de importância de cada um. A distribuição de pesos entre os indicadores foi feita com base na percepção dos técnicos da GMA e dos responsáveis pelos setores de meio ambiente de 30 portos organizados. “Portanto, o IDA não é só um selo ambiental, mas torna-se um instrumento de planejamento de gestão para excelência no âmbito ambiental”, concluiu Tokarski.

**Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 23/10/2020



NE10 - Notícias

TRANSNORDESTINA SERÁ DESTAQUE DO FÓRUM NORDESTE EXPORT EM SUAPE



<https://imagens2.ne10.uol.com.br/blogsne10/jamildo/uploads//2020/10/Suape-Divulga%C3%A7%C3%A3o-2-748x410.jpg>

estruturadores como a Ferrovia Transnordestina, além de outros gargalos que afetam o transporte multimodal.

O evento, que terá seu segundo e último dia na terça-feira, acontecerá no Porto de Suape (PE) com palestras presenciais e virtuais.

Entre os participantes estarão o secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio; o secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni e os governadores Paulo Câmara (Pernambuco), Rui Costa (Bahia), Flávio Dino (Maranhão), entre outros.

A palestra de abertura na segunda-feira será do Ministro José Múcio Monteiro, presidente do Tribunal de Contas da União.

O evento ocorrerá de forma híbrida. Um grupo restrito de participantes estará no Porto de Suape, de onde serão organizados os painéis e geradas as imagens que serão transmitidas via Zoom. Alguns palestrantes e painelistas participarão presencialmente, e outros, de forma remota.

O público poderá acompanhar tudo online. Para isso, basta fazer um rápido cadastro no site do evento: <http://bit.ly/VejaNordesteExport>. O Nordeste Export tem o apoio institucional do Ministério da Infraestrutura.

“Os debates dessas questões são fundamentais não só para a região Nordeste, mas para todo o País. A região apresenta um potencial enorme para a cabotagem, e isso certamente provocará uma revolução na logística de todo o País. Nós nos sentimos muito felizes em poder intermediar esses debates que visam buscar soluções para o desenvolvimento da região e do Brasil”, afirma Fabrício Julião, CEO do Fórum Brasil Export e presidente da Una Marketing de Eventos, que realiza o encontro.

Ao comentar a realização do evento em Suape, o presidente do Conselho do Nordeste Export, Aluisio Sobreira, afirmou que um dos principais focos dos trabalhos do fórum regional será o de demonstrar todas as potencialidades dos Estados da região e debater soluções para os principais gargalos logísticos do Nordeste.

“Entendo que a reunião de lideranças e autoridades tão expressivas será uma oportunidade ímpar para promovermos o comércio exterior na região e assim semear um futuro melhor para o Nordeste e todos os nordestinos, que é o objetivo maior do Fórum”, afirma Sobreira, também diretor da Merco Shipping Marítima, da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil) e vice-presidente da CBC (Câmara Brasileira de Contêineres e Transportes Multimodais).

“Estamos diante de perspectivas muito positivas em relação à necessidade de investimento em infraestrutura logística do País. Em razão disso, considero fundamental a realização em

Pernambuco de um fórum com lideranças dos estados do Nordeste para discussão soluções definitivas para projetos fundamentais como o da Ferrovia Transnordestina”, afirma Manoel Ferreira, vice-presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop) e diretor do Sindicato dos Operadores Portuários de Pernambuco (Sindope).

Porto

O Nordeste Export é o quarto fórum regional realizado neste ano pelo Brasil Export, e o primeiro que ocorrerá dentro das dependências de um porto. Na pandemia, os portos foram considerados serviços essenciais, e, portanto, passaram por maiores restrições para eventos de grupos externos à comunidade portuária. A realização do evento em Suape cumpre todas as exigências sanitárias impostas pelas autoridades de saúde.

O auditório do Centro Administrativo de Suape foi o local escolhido para o anúncio do Nordeste Export, no início de março deste ano, antes da pandemia. Além de toda a infraestrutura adequada para a realização dos debates, a escolha do porto se justifica devido a sua importância. Além de ser o maior porto da região Nordeste e interligado a 160 portos em todos os continentes, está a 800 km de 90% do PIB (Produto Interno Bruto) da região.

“É com grande satisfação que somos o porto anfitrião desse primeiro encontro do fórum no Nordeste, reunindo diversas autoridades portuárias e especialistas de logística. Estamos ansiosos para debater temas importantes para o setor e para o país, como o incremento da cabotagem e a descentralização da gestão portuária no Brasil”, afirma o presidente do Porto de Suape, Leonardo Cerquinho.

Luiz Barros, diretor de Desenvolvimento de Negócios de Suape, ressalta a importância dos fóruns regionais.

“Os encontros regionais são essenciais para identificar e tratar os desafios de cada região, mas que impactam no todo”, diz.

Uma das atividades previstas para acontecer no porto de Suape dentro do fórum regional será o anúncio dos vencedores da etapa Nordeste do Brasil Hack Export, o evento de inovação ligado ao Fórum.

Fonte : NE10 - Notícias

Data : 23/10/2020

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

TRECHO SUL DO RODOANEL PASSARÁ POR INTERVENÇÃO NESTE SÁBADO

Assessoria de Comunicação



No próximo dia 24 (sábado) o trecho Sul do Rodoanel Mario Covas passará por uma intervenção pontual. A ação ocorrerá a partir das 22h00 e será necessária para a implantação de um pórtico no km 74,800, pista externa, na região de São Bernardo do Campo.

<https://portogente.com.br/images/Rodoanel-Trecho-Sul-4-1.jpg>

Rodoanel Trecho Sul 4 1

Haverá o bloqueio total da via nesse ponto para içamento da treliça de fixação. No momento da intervenção todos os veículos que estiverem na via serão represados em

comboio a partir do km 30 da pista externa. Nessa data não haverá programação de carga excedente com sentido à Mauá.

Toda ação contará com apoio da Polícia Militar Rodoviária

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 23/10/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

PARA EMPRESÁRIOS, ESCASSEZ DE INSUMOS AMEAÇA TRAVAR RECUPERAÇÃO DA INDÚSTRIA

Crédito: Reprodução/CNI

Empresários relatam dificuldades para adquirir itens como papelão, plástico e aço, o que tem levado companhias a postergar entregas ou recusar pedidos

A falta de insumos e a alta de preços de matérias-primas ameaçam comprometer a recuperação da indústria, passado o período de isolamento social e retração econômica provocado pela covid-19. Empresários relatam dificuldades para adquirir itens como papelão, plástico e aço, o que tem levado algumas companhias a postergar entregas ou mesmo recusar novos pedidos. Essa escassez também bateu nos preços dos bens intermediários consumidos pelo setor: a estimativa é de aumentos de até 30% nos últimos meses – com risco de repasse para o consumidor no varejo.

Esse cenário aparece em duas pesquisas diferentes encomendadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). No primeiro caso, foram ouvidas 1.855 empresas de 27 setores, entre 1.º e 14 deste mês. Já a sondagem da Fiesp reuniu 414 companhias, entre os dias 7 e 13.

A pesquisa da CNI mostra que 68% dos empresários já encontram dificuldades em adquirir no mercado doméstico os materiais usados na produção. A importação desses insumos, que poderia ser uma saída, também está complicada para 56% das fábricas. Ainda pela sondagem, 82% das indústrias estão pagando mais caro pelas matérias-primas do que antes da crise. Para 31% delas, o aumento dos valores é “acentuado”.

O resultado da enquete da Fiesp vai na mesma direção. Dos consultados, 59,5% relatam dificuldades, por exemplo, para comprar papelão. E, quem encontra, tem de pagar até 30% mais do que antes da crise. No caso do aço, a escassez é maior e afeta 67% dos entrevistados.

Quando o novo coronavírus chegou ao País, em março, e forçou Estados e municípios a decretarem medidas rigorosas de distanciamento social, houve uma conseqüente redução da atividade em diversas cadeias de produção, que passaram a consumir nos meses seguintes os estoques em um ritmo suficiente para atender a demanda reduzida do período.

Agora, com uma retomada da economia em ritmo mais acelerado do que o previsto, a indústria se deparou com fornecedores com estruturas ainda desmobilizadas ou estoques muito baixos, aquém da nova demanda de produção nas fábricas. Existe também o problema da desvalorização do real frente ao dólar, que encareceu o preço de insumos importados ou mesmo dos itens nacionais que têm sua cotação referenciada pela moeda americana.

“A pergunta de US\$ 1 milhão é qual é a nova demanda depois da retirada dos estímulos (dados pelo governo para reverter a queda da atividade econômica). Agora, independentemente da demanda, temos um choque de custos”, diz André Rebelo, economista e assessor de assuntos estratégicos da Fiesp.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 23/10/2020

PETROBRAS ASSUMIRÁ OPERAÇÃO DE BLOCO FZA-M-59 APÓS ANP APROVAR ACORDO COM BP

A Petrobras vai assumir a operação da BP Energy no bloco FZA-M-59, na bacia do Foz do Amazonas, região que tem esbarrado no licenciamento ambiental, o que já havia feito a francesa Total transferir para a estatal brasileira, em setembro, cinco blocos que esperavam há sete anos licenciamento ambiental para iniciar a exploração.

A autorização para mais essa transferência foi aprovada na quinta-feira, 22, em reunião de diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sem alteração na composição acionária – BP (70%) e Petrobras (30%).

A agência determinou que a Petrobras terá 30 dias após a assinatura da transferência da operação para apresentar um novo cronograma “estabelecendo as ações pendentes e respectivos prazos de implementação do processo de licenciamento em curso”, informou a ANP.

Em setembro a Petrobras já havia assumido a participação de 40% da Total nos blocos FZA-M-57, FZA-M-86, FZA-M-88, FZA-M-125 e FZA-M-127, tornando a estatal a maior operadora da complexa bacia.

Nesses blocos da Total, a estatal brasileira passou a ter 70% de participação e a BP, 30%.

Os projetos na região enfrentam resistência de ambientalistas pela existência de um raro recife de corais, segundo entidades como o Greenpeace.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 23/10/2020

ALIADO COMERCIAL. INIMIGO IDEOLÓGICO

Incólume ao joguete ideológico e à politicagem, a relação comercial entre Brasil e China segue alta e ajuda o País a evitar uma crise econômica ainda mais aguda.

Por Jaqueline Mendes



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2020/10/60-2.jpg>

TANTO MAR Brasil se mantém dependente das compras chinesas, mas baixo valor agregado de produtos, principalmente do agronegócio, preocupam o mercado. Carnes, gãos e minérios estão no topo das demandas internacionais para o País. (Crédito: Divulgação)

Quem acompanha a relação comercial brasileira com a China nos últimos anos, deve estranhar a postura do governo federal de se colocar como peão dos Estados Unidos na disputa global do 5G ou mesmo a resistência do presidente Jair Bolsonaro a uma vacina chinesa contra a Covid. Principal parceira do Brasil no mundo, a China cresceu 4,9% no terceiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, superando a alta de 3,2% registrado no segundo trimestre, segundo dados do Escritório Nacional de Estatísticas (NBS), uma espécie de IBGE em Pequim. Prova de que é possível reagir economicamente mesmo diante das incertezas de uma pandemia, o país deve crescer 8% neste ano, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). E o resultado disso é que, sob o ponto de vista de poder de compra, a China virou o maior mercado consumidor do mundo.

Ainda que quando avaliado o Produto Interno Bruto (PIB) a China esteja atrás dos Estados Unidos, com uma produção de riquezas estimada em US\$ 15,2 trilhões, os chineses têm hoje o equivalente a US\$ 24,7 trilhões de poder de compra, superando em 20% os US\$ 20,8 trilhões dos norte-americanos, e essa cifra ainda pode aumentar nos próximos meses. Segundo o FMI, em seu relatório World Economic Outlook, a economia dos EUA deve encolher 4,3%, enquanto a zona do euro pode contrair 8,3%, o que põe os chineses no protagonismo da retomada da

demanda externa e expectativa de reaquecimento da economia global, que deve cair 4,4% neste ano.

E é por isso que o Brasil teria que deixar de lado os joguetes ideológicos e se aproximar de um parceiro que, mais do que estratégico, se tornou fundamental para aliviar a queda do PIB brasileiro. Até setembro deste ano, o fluxo do comércio bilateral entre Brasil e China alcançou a cifra de US\$ 78 bilhões, sendo que US\$ 53,59 correspondem às exportações do Brasil, ou 34% do total de nossas exportações. “A China é, definitivamente, um parceiro importante para o Brasil. A nossa crise econômica seria ainda maior se não tivéssemos um superávit tão acentuado no comércio com eles”, disse Evandro Menezes de Carvalho, consultor jurídico do China Desk do escritório de advocacia Veirano Advogados. “O Brasil deveria se manter equidistante desta guerra comercial e procurar harmonizar os interesses em jogo. E a melhor forma de harmonizar é ter regras de mercado claras.”

Enquanto os chineses, ainda que alvos de alfinetadas do próprio presidente Bolsonaro, aceleram o consumo e aumentam a relevância na nossa bandeira comercial, os Estados Unidos provocaram um tombo de 25% na compra de produtos brasileiros entre janeiro e setembro, somando US\$ 33,4 bilhões, pior resultado dos últimos 11 anos. A liderança do segmento da indústria de transformação na pauta brasileira de exportação aos americanos, com participação importante de petróleo e derivados, contribuiu para uma queda de 31,7% dos embarques aos americanos até setembro e para um déficit de US\$ 3,1 bilhões. Os dados sinalizam para um déficit no comércio bilateral em 2020 que deve ser o maior dos últimos cinco ou seis anos, segundo dados do Monitor do Comércio Brasil-EUA, da Câmara Americana de Comércio (Amcham Brasil). Pelas contas da Amcham, haverá déficit entre US\$ 2,4 bilhões e US\$ 2,8 bilhões para este ano no comércio Brasil-EUA. Mesmo assim, o mercado americano se mantém como o vice-colocado entre os parceiros comerciais do Brasil, com 9,7% das exportações e 12,3% da corrente de comércio.

NO CAMPO

O oposto do que ocorre com os chineses. Importante agente exportador brasileiro, os empresários do agronegócio estão pisando no acelerador, independentemente do que diga o presidente e sua cúpula sobre negociar com um país comunista. Com mais de 1,5 bilhão de pessoas, a China precisa importar alimentos para humanos e animais, e com a desvalorização do real o negócio se torna ainda mais atraente. Um estudo recém-concluído pelo Departamento do Agronegócio (Deagro) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) aponta, no entanto, para uma preocupação em torno da dependência do Brasil. Baseado na evolução dos embarques do setor para China, União Europeia e Estados Unidos entre 2009 e 2019, o Brasil se coloca dependente de cadeias produtivas como a da soja. “Preocupa ver uma concentração cada vez maior nas exportações para a China, e em poucos produtos”, disse Roberto Betancourt, diretor do Deagro.

Segundo o estudo, os embarques do agronegócio brasileiro para a China renderam US\$ 8,9 bilhões em 2009 (15% do total setorial). Dez anos depois as vendas somaram US\$ 31 bilhões, com a participação chinesa indo a 32%. No intervalo de 12 meses entre agosto do ano passado e julho último, foram 33% de US\$ 71,3 bilhões. Quem tem dúvidas sobre a importância da China para a sobrevivência da economia brasileira, basta olhar para os números. A bandeira brasileira pode não ter vermelho, mas as relações comerciais têm.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 23/10/2020



EXTRA ONLINE

GUEDES DEVE LIBERAR R\$60 MILHÕES PARA IBAMA CONTINUAR AÇÕES DE COMBATE A QUEIMADAS, DIZ SALLES

Por Ricardo Brito

BRASÍLIA (Reuters) - O ministro da Economia, Paulo Guedes, vai liberar 60 milhões de reais para ajudar na continuidade de ações de servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no combate às queimadas e ao desmatamento ilegal, afirmou o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em sua conta no Twitter nesta sexta-feira.

"Quero agradecer ao nosso Min. Paulo Guedes que acaba de me informar que deve liberar, ainda hoje, os 60 milhões necessários à continuidade das ações do Ibama no combate às queimadas e ao desmatamento ilegal. Tks PG!", afirmou Salles.

Na quinta-feira, o Ministério do Desenvolvimento Regional já havia oferecido cerca de 30 milhões de reais para que o Ibama e o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) tenham recursos a fim de retomar atividades de campo de combate a queimadas, segundo nota da pasta.

Mais cedo na quinta, o Ibama chegou a informar que a determinação para que os brigadistas que atuam no Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) se desmobilizassem fora decorrência da exaustão de recursos.

"Desde setembro, a autarquia passa por dificuldades quanto à liberação financeira por parte da Secretaria do Tesouro Nacional. Para a manutenção de suas atividades, o Ibama tem recorrido a créditos especiais, fundos e emendas. Mesmo assim, já contabiliza 19 milhões de reais de pagamentos atrasados, o que afeta todas as diretorias e ações do instituto, inclusive, as do Prevfogo", disse, em nota.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional, o repasse de recursos da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) para o Ministério do Meio Ambiente será realizado por meio descentralização de crédito, situação prevista em um decreto de julho e não será necessário haver publicação de portaria no Diário Oficial da União.

A pasta disse que a descentralização dos recursos está relacionada para "o crédito para ações de resposta aos incêndios florestais ainda não controlados e ao ressarcimento de despesas realizadas com o mesmo propósito".

Fonte : Extra Online

Data : 23/10/2020

MINÉRIO DE FERRO RECUA PELA 2ª SEMANA NA CHINA POR AUMENTO NOS ESTOQUES

(Reportagem de Min Zhang e Shivani Singh)

PEQUIM (Reuters) - Os contratos futuros do minério de ferro negociados na China fecharam em queda nesta sexta-feira, registrando a segunda semana consecutiva de perdas, à medida que o aumento dos estoques nos portos do país afeta os preços.

Nesta semana, os estoques da matéria-prima siderúrgica nos portos da China subiram 2,7% em relação à semana anterior, atingindo 127,8 milhões de toneladas, o maior nível em oito meses, segundo dados compilados pela consultoria SteelHome.

O contrato mais negociado do minério de ferro na bolsa de commodities de Dalian, para entrega em janeiro, fechou em queda de 3,1%, a 772 iuanes (115,68 dólares) por tonelada. Na semana, o vencimento cedeu 1,8%.

O preço "spot" do minério com 62% de ferro para entrega à China permaneceu em 120,50 dólares por tonelada na quinta-feira, nível estável em relação à sessão anterior, de acordo com a SteelHome.

Os futuros do aço negociados na bolsa de Xangai também recuaram. O vergalhão de aço para construção caiu 1,0%, para 3.616 iuanes por tonelada, acumulando perda de 0,4% nesta semana.

Fonte : Extra Online

Data : 23/10/2020

GOVERNO TEVE NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DE R\$ 366,9 BI EM 2019, DIZ IBGE

O governo brasileiro - federal, estadual e municipal - registrou uma necessidade de financiamento de R\$ 366,9 bilhões em 2019, uma queda de 23,9% em relação a 2018. O resultado é consequência de um crescimento de 8,6% da receita total, ao mesmo tempo em que as despesas totais das três esferas governamentais subiram 4,3%.

Os dados são das Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo 2019, elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Banco Central (BC).

Pelo lado das receitas, contribuíram para a alta o crescimento de 5,7% dos grupos dos impostos. As principais variações positivas foram as dos impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital (9,6%), onde se destacam os impostos sobre a renda de pessoa física (13,0%), e os impostos sobre a propriedade (9,1%). Já os impostos sobre o comércio e transações internacionais (5,4%) e sobre bens e serviços (3,5%) desaceleraram ante 2018, quando observaram variações de, respectivamente, 25,8% e 8,9%.

Outras fontes que tiveram contribuição relevante para o comportamento das receitas totais foram os ganhos com o leilão de excedente de cessão onerosa de petróleo, ocorrido em novembro de 2019, além da concessão de novos campos de petróleo. Também houve alta com as receitas de dividendos, com elevação de 143,2% em relação a 2018, especialmente pelo aumento da distribuição de dividendos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

As despesas líquidas (despesas menos receitas) com juros passaram de R\$ 423,9 bilhões em 2018 para R\$ 347,0 bilhões, redução de 18,1%, que contribuiu para a diminuição da necessidade de financiamento líquida. As remunerações cresceram 5,4%, influenciadas especialmente pela esfera municipal. Já os benefícios sociais totais tiveram aceleração, com um crescimento de 9,7% contra variação positiva de 1,6% no ano anterior, informou o IBGE.

No caso dos benefícios sociais, novamente houve impacto de novas modalidades de saques das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), evento que se observou em 2017, não se repetiu em 2018, e voltou a ocorrer em 2019. Os saques do FGTS influenciaram o crescimento dos benefícios em geral e, principalmente, dos Outros Benefícios de Seguro Social da classificação da Conta Intermediária de Governo, que cresceram 15,1%.

Já a Formação Bruta de Capital Fixo, medida pela Conta Intermediária de Governo, teve queda de 1,1%, passando de R\$ 94 bilhões (em 2018) para R\$ 92,9 bilhões (2019).

"Esta redução foi mais intensa nos gastos dos governos estaduais, que, no ano anterior, haviam registrado elevação de 9,4% e sofreram queda de 24,8% em 2019. Na mesma direção, o governo federal apresentou redução de 5,0% ante um crescimento de 6,5% observado no ano anterior. Em contraposição aos demais níveis, os governos municipais ampliaram os investimentos em 28,3%", diz a nota do IBGE.

Em 2019, o valor adicionado do governo alcançou R\$ 1,0691 trilhão, um crescimento de 5,1% ante 2018. Essa variação foi positiva em todas as esferas, mas mais intensa nos municípios (7,0%) e mais baixa nos governos estaduais (3,2%).

Fonte : Estado de Minas - MG

Data : 23/10/2020

A continuidade do processo que vai resultar na construção da Ferrogrão está ameaçada. O Ministério Público Federal (MPF) e mais cinco organizações da sociedade civil pediram que o Tribunal de Contas da União (TCU) suspenda o processo de análise e proíba, ao menos temporariamente, o governo de fazer o leilão da ferrovia, projetada para cortar os Estados de Mato Grosso e do Pará, entre os municípios de Sinop e Itaituba, e ser o principal centro de escoamento de grãos de MT.

O motivo, segundo o MPF, é que o governo se recusa a consultar os povos indígenas e comunidades tradicionais que serão afetadas com a ferrovia.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Ministério da Infraestrutura negam que há recusa e afirmam que a etapa será realizada durante o processo de licenciamento ambiental. São 48 terras indígenas, em diferentes estágios de regularização, no entorno do traçado da ferrovia.

O MPF alega que a consulta - prevista em convenção da Organização Internacional do Trabalho - já deveria ter sido feita, antes de o governo e a ANTT protocolarem no TCU os documentos do projeto, o que ocorreu em julho. O órgão quer que o TCU obrigue o governo a fazer o procedimento e que, até a conclusão dessa fase, o leilão seja vetado e o processo no TCU suspenso. A previsão do Ministério da Infraestrutura é de fazer o certame no próximo ano.

Na representação ao tribunal, o órgão afirma, que ainda em 2017, a ANTT se comprometeu a fazer essa etapa antes de remeter o processo ao TCU. O MPF narra que desde então os povos indígenas passaram a solicitar formalmente ao governo que a consulta fosse realizada. Foram pelo menos oito pedidos de associações indígenas e duas recomendações do MPF, alega.

Cartão postal

O processo ocorre justamente num setor em que o Ministério da Infraestrutura busca emplacar como um cartão postal de preocupação ambiental. O programa ferroviário da pasta é o primeiro na lista a ser habilitado para captar investimentos por meio de títulos verdes. A questão ambiental, no entanto, sempre rondou o projeto e é um dos principais pontos de dúvida de investidores interessados em construir e operar a Ferrogrão, responsabilidades que serão transferidas à iniciativa privada. Só para implantar a ferrovia serão necessários R\$ 8,4 bilhões.

O Ministério da Infraestrutura já assumiu a responsabilidade de obter a licença prévia ambiental da ferrovia para tentar espantar temores do setor privado. É fase do licenciamento ambiental que a consulta aos povos afetados será feita, de acordo com a ANTT e a pasta. Em nota à reportagem, o ministério comandado por Tarcísio de Freitas respondeu que o órgão não se recusa a realizar essa etapa, como alega o MPF. "A consulta a povos indígenas é feita normalmente no momento dos estudos ambientais de um empreendimento", disse.

O ministério também destacou que a pandemia do coronavírus tornou a consulta presencial a essa população um "desafio", uma vez que o acesso às terras indígenas está proibido por questões sanitárias. "Para contornar essa dificuldade, o Ministério da Infraestrutura e a EPL estão estudando com a Funai a forma de fazer a consulta diante das restrições", afirma a pasta. A ANTT ainda frisou que durante o processo de audiência pública da Ferrogrão foram ouvidas as etnias do Parque Indígena do Xingu, Munduruku, Kayapó, além de outras.

Distância

Com previsão de ser construída até 2029, com início da operação no ano seguinte, a Ferrogrão será feita do zero e está qualificada no Programa de Parcerias de Investimento (PPI) desde 2016. A ideia é consolidá-la como o novo corredor de exportação da produção agrícola do Centro-Oeste, escoamento que hoje se dá principalmente pela BR-163.

A dimensão da ferrovia, de 933 km, e todo o aparato que vai envolver a construção são mencionados pelo MPF na representação. Para o órgão, a mobilização no canteiro de obras, além do transporte de equipamentos de grande porte, devem ser fontes potenciais de impactos

socioambientais sobre parte dos territórios indígenas da região. Por isso, afirma o órgão, a viabilidade do empreendimento deveria considerar desde o princípio a consulta aos povos.

Fonte : Estado de Minas - MG

Data : 23/10/2020



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

PETROBRAS VAI VENDER CARMÓPOLIS E OUTROS DEZ CAMPOS EM SERGIPE

Por epbr - 23 de outubro de 2020 - Em Fusões e Aquisições, Newsletter Comece seu Dia, Petróleo e gás

*Editada por Gustavo Gaudarde
gustavo.gaudarde@epbr.com.br*

em jogo

Petrobras vai vender Carmópolis junto com outros dez campos em terra em Sergipe, incluindo o polo de Atalaia, onde está o Terminal Aquaviário de Aracaju-Tecarmo, além de oleodutos e tanques. A base operacional do polo fica no município de Carmópolis, a 49km da capital Aracaju.

— O campos de Carmópolis, Aguilhada, Angelim, Aruari, Atalaia Sul, Brejo Grande, Castanhal, Ilha Pequena, Mato Grosso, Riachuelo e Siririzinho produzem em média 10,452 mil barris/dia de óleo e condensado e 72,9 mil m³/d de gás natural.

— É um “polo independente com alto nível de autonomia de operação, considerando a inclusão da infraestrutura de tratamento, escoamento, armazenamento e transporte de petróleo”, afirmou a Petrobras no teaser de venda dos ativos. Veja o pdf

— Carmópolis é o maior campo terrestre do Brasil, com um volume original de 1,76 bilhão de barris de óleo equivalente. É também o mais antigo de Sergipe, com início da produção em 1963. Em 2017, após revisar o plano de desenvolvimento do campo, a Petrobras estimava que o fator de recuperação poderia chegar a 32%. Petrobras

Pequenas empresas produtoras de petróleo e gás natural poderão ter a alíquota de royalties reduzidas para 5% e as médias, para 7,5%, segundo proposta de regulação aprovada pela ANP nesta quinta (22).

— A consulta terá prazo dobrado, de 90 dias, para dar chance de os novos prefeitos, eleitos em novembro, tomarem posse e participarem do debate.

— Atualmente, há 60 campos operados por empresas de pequeno porte e 32 por empresas de médio porte. Os critérios para classificação de uma empresa como de pequeno ou médio porte, no setor de petróleo e gás, estão previstos em uma resolução de 2014.

— A redução dos royalties proposta pela agência pretende ampliar os investimentos dessas empresas. Além disso, o plano de desinvestimento da Petrobras abriu oportunidade para que novas empresas passem a operar ativos de produção em terra.

— Com a proposta, a ANP espera aumentar a atratividade econômica dos campos e a continuidade da produção, com extensão da vida útil das áreas e manutenção de benefícios socioeconômicos regionais, como empregos, renda e arrecadação de tributos estaduais e municipais. Há ainda a perspectiva de aumento da participação de empresas de pequeno e médio portes nas atividades de E&P.

— A minuta de resolução está em linha com as políticas do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que definiu como de “interesse da política energética nacional” que a ANP avalie a adoção de medidas visando à redução de royalties.

A diretoria da ANP aprovou a venda de 100% de Baúna, da Petrobras para a Karoon, com a mediante a apresentação de novas garantias financeiras para desativação e abandono do campo de Baúna, no pós-sal da Bacia de Santo

— A Karoon comprou Baúna por US\$ 665 milhões em 2019. Em decorrência da pandemia, a Petrobras concordou em parcelar o pagamento e prevê a entrada de US\$ 150 milhões em caixa, ainda este ano. epbr

A Petrobras vai assumir a operação do bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, e será a principal empresa responsável pelas áreas contratadas em águas profundas na região em 2013, na 11ª rodada. A ANP aprovou nesta quinta (22) a mudança no contrato. epbr

O aumento de 800 milhões de barris nos estoques de petróleo este ano vai manter a pressão sobre os preços do óleo por grande parte de 2021, disse Chris Midgley, head global da S&P Global Platts Analytics, em seminário com representantes da indústria de óleo e gás.

— O alto estoque também irá pressionar as margens de refino, já impactadas pela fraca demanda por combustíveis, altos estoques de produtos refinados e um inverno potencialmente mais brando do que o habitual no Hemisfério Norte, explicou Midgley.

— A produção do shale nos EUA vai continuar caindo no próximo ano, pela redução de despesas de capital e da própria atividade. A queda adicional, projeta a S&P Global Platts Analytics, deve ser de 1,1 milhão de barris por dia, além dos 900 mil barris diários já cortados em 2020.

— OPEP deve preencher a lacuna deixada pelo shale, juntamente com o crescimento da produção de petróleo no Canadá, Brasil e Noruega. No entanto, o cumprimento rigoroso da promessa de corte de oferta feito pela Opep continuará sendo fundamental para evitar o excesso de óleo no mercado, especialmente com os riscos de retorno do petróleo da Líbia, avaliou Midgley.

O petróleo subiu nessa quinta (22), com a expectativa de um pacote de estímulos nos EUA, mas não o suficiente para recuperar a queda de mais de 3% do dia anterior – o maior declínio diário em três semanas –, quando o aumento nos estoques de gasolina norte-americanos sinalizou uma deterioração de demanda em meio à disparada de casos de coronavírus.

— Os contratos futuros do Brent fecharam em alta de 1,7%, a US\$ 42,46 o barril, e o WTI avançou 1,52%, para US\$ 40,64 o barril. Reuters

O STF definiu que o estado do Mato Grosso do Sul deve cobrar o ICMS-Importação sobre o gás natural importado da Bolívia pela Petrobras em Corumbá (MS). A decisão foi por 5 votos a 4, uma “maioria eventual”, segundo o ministro Alexandre de Moraes, já que o presidente, ministro Luiz Fux, não votou, apesar de ter participado do começo do julgamento.

— O Mato Grosso do Sul entende ser o destinatário do gás importado, portanto com direito à arrecadação. São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul querem cobrar o tributo por receberam o energético para consumo final. Valor

A assembleia geral de acionistas da Eletronuclear aprovou na quarta (21/10) um aumento de capital no valor de R\$ 1,88 bilhão, informou a Eletrobras em comunicado. A operação se dará mediante a conversão de créditos de adiantamento para futuro aumento de capital (Afac) de R\$ 850 milhões e a conversão de créditos de financiamento no valor de R\$ 1,035 bilhão, ambos pertencentes à Eletrobras.

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) defendeu nessa quinta (22/10) uma maior redução na mistura obrigatória de biodiesel no óleo diesel, para 8%.

— Segundo a entidade, a alta dos preços do biocombustível por causa da escassez de soja, a principal matéria-prima para sua produção, pode elevar o preço do diesel na bomba no último bimestre do ano. Reuters

A Huawei está trazendo para o Brasil um sistema de armazenamento inteligente de energia, que promete suportar muitos ciclos de carga e descarga segundo Quanling Wang, diretora de Digital Energy Business da Huawei do Brasil. Parceria com a WEG Solar, distribuidor exclusivo de soluções fotovoltaicas da Huawei por aqui.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 23/10/2020

CRÉDITO DE CARBONO FLORESTAL PODE SER SAÍDA PARA O BRASIL PARAR DE QUEIMAR DINHEIRO

Governo está criando o programa Floresta+ Carbono para tentar tirar do papel a aquisição voluntária de créditos de carbono

Por Guilherme Serodio - 23 de outubro de 2020 - Em Clima, Transição energética

O Ministério do Meio Ambiente definiu na virada do mês as diretrizes para criação de um mercado privado e voluntário de créditos de carbono no Brasil, em uma tentativa de viabilizar negócios baseados nos pagamentos por serviços ambientais, os PSA. O projeto foi batizado de Floresta+ Carbono, uma aposta no mercado livre de carbono.

“O objetivo do Floresta+, especialmente no que diz respeito ao carbono, é criar uma nova economia verde, gerando empregos na área de conservação”, afirmou Joaquim Álvaro Leite, secretário da Amazônia e serviços Ambientais do ministério, área que coordena o programa, durante evento do BNDES, nesta quinta (22).

O secretário acredita que será possível, por meio da iniciativa privada, até mesmo exportar créditos de carbono de floresta nativa preservada no Brasil, com engajamento das cadeias de produção de setores como o agronegócio, infraestrutura e mineração.

Crise multiplica propostas para mercados e taxaço de carbono no Brasil

Assim, seria possível dar escala a esse mercado de carbono brasileiro, transformando a preservação ambiental em um negócio lucrativo.

“A gente tem que parar de queimar dinheiro, porque é literalmente isso que está acontecendo”, resumiu o biólogo Fábio Olmos, diretor para a América Latina da Permian Global, firma de investimentos dedicada à preservação das florestas, durante o debate do BNDES. Ele afirma que o Brasil desperdiça tempo ao não monetizar suas reservas ambientais, enquanto as queimadas destroem áreas que deveriam ser encaradas como ativos econômicos.

Segundo Olmos, o mercado de PSA está se tornando rapidamente atraente e, em alguns lugares, os ganhos econômicos com a preservação para os proprietários privados de terras é superior aos que eles teriam ao derrubar a vegetação.

O governo acredita que o mecanismo terá impacto em diversos biomas. No Pantanal, poderá ser uma alternativa para o financiamento de corredores ecológicos e na Mata Atlântica, por meio da recuperação da cobertura vegetal. Em áreas pobres do Cerrado e Caatinga, a expectativa é a redução no uso da lenha nativa como fonte de energia.

Mercado regulado movimentou US\$ 50 bi em 2019

Em 2019, o pagamento por serviços ambientais movimentou US\$ 50 bilhões em projetos que envolvem alguma forma de controle e aquisição compulsória de créditos reguladas por governos.

Já os mercados voluntários, que não envolvem a intermediação estatal e nos quais as empresas fazem aquisições voluntárias para apagar ou zerar suas emissões de carbono, duplicaram em volume de recursos entre 2017 e 2018, alcançando cerca de US\$ 300 milhões

Joaquim Leite destacou que Brasil está em uma posição privilegiada para atrair esses recursos no mercado interno e internacional. Segundo o secretário, nenhum outro país tem 190 milhões de hectares remanescentes de floresta nativa nas mãos de proprietários rurais, que podem ser remunerados para preservar essas áreas.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o potencial de atração de capital para o programa seria gigantesco. O Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa prevê contribuições para a recuperação de cobertura vegetal em ao menos 12 milhões de hectares nos próximos dez anos.

Meio Ambiente quer banco de projetos

Agora, a pasta trabalha para criar um banco de projetos de PSA e, em diálogo com o IBGE, espera garantir até o próximo mês a criação de uma subclasse de atividade econômica focada na preservação ambiental, etapa necessária para viabilizar a emissão de nota fiscal para a atividade de conservação ambiental, o que hoje é impossível.

O Floresta+ Carbono prevê o cadastramento de certificadoras independentes que validem os projetos e auditam os créditos de carbono a serem recebidos pelas iniciativas dos beneficiários.

Para que o mecanismo tenha credibilidade, organizações internacionais reconhecidas serão as centrais de custódia, que vão oferecer os serviços de transações dos créditos de carbono e rastreamento desses ativos, garantindo a segurança dos compradores.

O programa prevê a retenção de parte dos créditos transacionados, com a criação da Conta de Reserva Obrigatória, uma espécie de depósito obrigatório que funcionará como seguro à integridade do mercado.

Lá fora, Bolsonaro defende floresta em pé

O governo vem sendo duramente criticado no Brasil e no exterior pela incapacidade de conter crimes ambientais e mitigar o efeito das queimadas, como ocorreu no Pantanal.

Com dívidas de R\$ 19 milhões (US\$ 3,4 milhões no câmbio vigente), o Ibama é incapaz de pagar pelo serviço de brigadistas e suspendeu os combates às queimadas em todo o país.

Neste contexto, o Floresta+ Carbono é saudado por ambientalistas e tem nas empresas estrangeiras a peça-chave da estratégia de criação de um mercado privado de créditos. É uma alternativa para superar os entraves nas negociações governamentais.

Atualmente, países desenvolvidos relutam em permitir a inclusão de créditos da preservação da floresta em pé – e não apenas por projetos de reflorestamento – na negociação de uma proposta de mercado internacional e regulado de carbono.

Em setembro, na véspera do lançamento do Floresta+ Carbono, Bolsonaro usou a proposta como vitrine durante um pronunciamento feito virtualmente na Organização das Nações Unidas, para afirmar que o Brasil tem como prioridade a exploração racional e sustentável de seus recursos naturais.

Em um vídeo enviado à Cúpula da Biodiversidade da ONU, Bolsonaro defendeu a criação de um mercado internacional de carbono e de serviços ambientais, que permita pagamentos a agentes que desenvolvam projetos de preservação e uso sustentável dos ecossistemas.

“Uma iniciativa desse tipo em âmbito internacional seria capaz de gerar impactos ainda mais positivos para o meio ambiente”, disse.

Por aqui, é porta-voz da expansão das fronteiras da produção agropecuária, defende a exploração de terras indígenas e o garimpo. Diversas vezes, criticou o trabalho do Ibama e do ICMBio de combate aos crimes ambientais e chegou a “anunciar” mais de uma vez o veto à destruição de equipamentos utilizados na destruição e mineração em áreas protegidas, uma medida prevista em lei.

No mesmo pronunciamento à ONU, Bolsonaro voltou a afirmar que o Brasil preserva “66% de nossa vegetação nativa”, “usando apenas 27% do nosso território para a pecuária e a agricultura – números que nenhum outro país possui”, discurso do Itamaraty para “desmentir” as críticas à política ambiental.

O problema é que no primeiro ano de governo Bolsonaro, o Brasil representou mais de um terço de toda a perda de florestas tropical e o próprio percentual desconsidera áreas legalmente protegidas, mas onde há exploração de recursos naturais – desde 2019, o Observatório do Clima vem conferindo o que é fato e o que é propaganda no discursos externo do governo.

O mundo debate há décadas quais devem ser os modelos do mercado global de créditos para descarbonização. Um passo foi o Protocolo de Kyoto, que criou em 1997 o MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), mas que não se materializou.

Mudança da aposta brasileira sobre mercado de carbono

Apenas neste ano o Ministério do Meio Ambiente alterou esse posicionamento histórico, passando a reconhecer a contribuição do mercado voluntário de carbono florestal para a redução de emissões por desmatamento e degradação de florestas nativas.

Na década de 1990, o governo brasileiro era contra a inclusão da conservação de florestas nativas nesse tipo de mecanismo de compensação, por acreditar justamente que a liberdade para a exploração de seus recursos naturais não deveria ser cerceada – era uma questão de soberania nacional.

Nova tentativa para criar um mercado global está sendo feita com o Acordo de Paris, de 2015, por meio do qual também são negociados termos para para comercialização internacional de créditos.

A NDC do Brasil está abandonada, diz Izabella Teixeira

Antes, foi feita a regulamentação de pagamentos a países em desenvolvimento, que estejam implementando políticas de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, o REDD+, firmado na COP-19, em 2013, com o Marco de Varsóvia.

De lá pra cá o mecanismo é criticado, sobretudo por países em desenvolvimento, por nunca ter sido implantado de fato. Foi esse dinheiro que o ministro do Meio Ambiente brasileiro, Ricardo Salles, foi buscar na COP-25, ano passado, em Madri.

Cobrou dos países desenvolvidos o valor de “US\$ 100 bilhões por ano” previstos para pagamentos pelo Fundo Verde para o Clima (GFC), a partir de 2020, que seria o mecanismo de pagamento aos países em desenvolvimento com resultados certificados pelas regras do REDD+

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 23/10/2020

PEQUENAS EMPRESAS PODERÃO TER ROYALTIES REDUZIDOS PARA 5%

Por epbr - 23 de outubro de 2020 - Em Petróleo e gás

A proposta de resolução para redução de royalties vai prever a cobrança do piso legal de 5% para empresas de pequeno porte e alíquota de 7,5% para as médias. A minuta foi aprovada na quinta (22) pela diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O prazo de consulta pública será dobrado, de 90 dias, para permitir que os novos prefeitos eleitos entre 15 e 29 de novembro tomem posse e participem da consulta.

Atualmente, há 60 campos operados por empresas de pequeno porte, com produção média de até mil barris/dia de óleo equivalente (boe), e 32 por empresas de médio porte (até 10 mil boe/dia). Os critérios para classificação das empresas estão previstos em uma resolução de 2014. Veja a relação no fim da matéria

A redução dos royalties proposta pela agência pretende ampliar os investimentos dessas empresas. Além disso, o plano de desinvestimento da Petrobras abriu oportunidade para que novas empresas passem a operar ativos de produção em terra.

Com a proposta, a ANP espera aumentar a atratividade econômica dos campos e a continuidade da produção, com extensão da vida útil das áreas e manutenção de benefícios socioeconômicos regionais, como empregos, renda e arrecadação de tributos estaduais e municipais. Há ainda a perspectiva de aumento da participação de empresas de pequeno e médio portes nas atividades de E&P.

“Outro efeito esperado é a mitigação dos impactos causados pela abrupta queda no preço do petróleo. A medida terá, assim, potencial para impulsionar o setor na retomada dos investimentos pós crise e ajudar na reativação da atividade de exploração e produção de petróleo e gás no ambiente terrestre brasileiro”, diz a agência.

A minuta de resolução está em linha com as políticas do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que definiu como de “interesse da política energética nacional” que a ANP avalie a adoção de medidas visando à redução de royalties.

O enquadramento das empresas leva em conta a produção anual. De acordo com os dados de 2019, Dommo Energia (ex-OGX), Maha Energy e Potiguar E&P são consideradas empresas médias. Outras 21 são enquadradas como pequenas:

- Alvopetro
- Central Resources
- Energizzi Energias
- EPG Brasil
- Geopark
- Great Energy
- Guto & Cacal
- Imetame Energia
- Leros Petróleo e Gás
- Newo Óleo e Gás
- Nord Oil and Gas
- Nova Petróleo
- Perícia Engenharia e Construção
- Petroborn Óleo e Gás
- Petroil Óleo e Gás
- Petrosynergy
- Phoenix Óleo & Gás Natural
- Recôncavo E&P
- Santana Exploração e Produção de Óleo e Gás
- Ubuntu Engenharia e Serviços
- Vipetro Petróleo

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 23/10/2020

JORNAL O GLOBO – RJ

PETROBRAS COLOCA CAMPO HISTÓRICO DE CARMÓPOLIS, EM SERGIPE, À VENDA

Pacote inclui ao todo 11 concessões e redes de escoamento. Segundo fontes, valor pode chegar a US\$ 1 bilhão

Por Bruno Rosa



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24708971-b70-5d5/FT1086A/652/xConteudo131.jpg.pagespeed.ic.IR4OkRkEGY.jpg>

Petrobras anunciou que vai vender o campo de Carmópolis Foto: Divulgação

RIO - A Petrobras anunciou que vai vender o maior campo de petróleo em terra do país: Carmópolis, com volume estimado de 1,7 bilhão de barris de petróleo em sua reserva. É também uma das mais antigas áreas em produção pela estatal. O campo foi descoberto em agosto de 1963, e chegou a ser um dos maiores campos petrolíferos da América Latina.

O pacote de venda inclui não só o campo de Carmópolis, mas onze concessões de áreas na Bacia Sergipe-Alagoas, localizado em cidades de Sergipe, que é chamado de Polo Carmópolis. A estatal tem 100% de participação nessa área, que produziu 10 mil barris de óleo por dia e 73 mil metros cúbicos por dia de gás de janeiro a setembro deste ano.

Segundo especialistas, a descoberta de Carmópolis na década de 1960 - cuja produção era escoada por caminhões e trens até a Refinaria Landulpho Alves, na Bahia - impulsionou a atividade exploratória no Brasil. A área é tida como a principal responsável por ter permitido a descoberta do primeiro campo em mar no Brasil, localizado em águas rasas na Bacia de Sergipe (o campo de Guaricema).

E sua importância também se reflete no preço. Considerada a particularidade do mercado brasileiro e de recentes ofertas em terra, esse ativo pode alcançar valor US\$ 1 bilhão, segundo fontes do setor. Mas o preço é considerado elevado se considerado com ativos fora do Brasil, de acordo com um executivo. A estatal negocia ainda a venda de outras áreas em terra.

A área à venda soma quase três mil poços em operação, 17 estações de tratamento de óleo, uma estação de gás em Carmópolis, aproximadamente 350 quilômetros de gasodutos e oleodutos, além das bases administrativas de Carmópolis, Siririzinho e Riachuelo.

No pacote de venda da estatal, faz parte ainda o Polo Atalaia, que contém o Terminal Aquaviário de Aracaju (Tecarmo), uma unidade de processamento de gás e oleodutos.

"A operação está alinhada à estratégia de otimização de portfólio e à melhoria de alocação do capital da companhia, passando a concentrar cada vez mais os seus recursos em ativos de classe mundial em águas profundas e ultraprofundas, onde a Petrobras tem demonstrado grande diferencial competitivo ao longo dos anos", disse a estatal em nota.

Segundo fontes, a venda de campos na área já era esperada. A novidade é que a estatal juntou diversos ativos na região e incluiu o próprio de Carmópolis, como forma de facilitar a venda desse conjunto de ativos e escapar da determinação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) de vender áreas que não têm interesse até o fim do ano sob pena de devolver as concessões.

Segundo comunicado da estatal, a produção do polo "atende o mercado interno brasileiro, mas poderá ser oferecido contrato de compra de óleo pela Petrobras em termos a serem informados durante o processo".

Fonte : O Globo - RJ

Data : 23/10/2020

HUAWEI FATURA MAIS DE US\$ 100 BI NO ANO ATÉ AGORA, MAS COMEÇA A SENTIR IMPACTO DAS RESTRIÇÕES DOS EUA

Crescimento da receita da gigante chinesa foi de 9,9% desde janeiro, o primeiro com menos de dois dígitos em quatro anos

XANGAI - A Huawei Technologies conseguiu um aumento na receita do terceiro trimestre, mesmo com o impacto da pandemia de Covid-19 somado às dificuldades da cadeia de fornecimento provocadas pelas restrições de negócios impostas pelos Estados Unidos.

O número chega um dia depois que a fabricante de equipamentos de telecomunicações anunciou seu mais novo smartphone de sua linha principal, potencialmente o último que utiliza o sistema operacional Android, do Google, que é mais dependente da tecnologia dos EUA.

Indicando o fim de pelo menos quatro anos seguidos de expansão de dois dígitos, a receita cresceu 9,9% em janeiro a setembro em relação ao mesmo período do ano anterior, para 671,3 bilhões de yuans (US\$ 100,4 bilhões), disse a empresa em comunicado nesta sexta-feira, sem detalhar a receita de cada segmento.

A receita do terceiro trimestre cresceu 3,7% na comparação anual, para 217,3 bilhões de yuans, segundo cálculos da Reuters.

A margem de lucro líquido dos nove primeiros meses do ano foi de 8%, contra 8,7% no mesmo período de 2019, disse a Huawei.

Os EUA neste ano efetivamente cortaram o acesso da Huawei a software e equipamentos de fabricação de chips do país, seguindo medidas semelhantes em maio de 2019 que estão gradualmente entrando em vigor.

A linha de chips Kirin da Huawei, desenvolvida internamente, ajudou a alavancar a empresa para o topo do mercado global de celulares.

No início deste ano, no entanto, o presidente-executivo do grupo de negócios ao consumidor, Richard Yu, disse que as restrições dos Estados Unidos significavam que a Huawei irá parar de produzir chips Kirin. Analistas esperam que seu estoque de chips se esgote no próximo ano.

Novos smartphones

Na quinta-feira, Yu revelou em uma transmissão ao vivo a mais recente série de smartphones da Huawei, Mate 40.

O dispositivo, que custa 4.499 yuans na versão light, vem equipado com o chipset Kirin 9000, que utiliza o processo de produção de 5 nanômetros, que apenas a Apple e a Qualcomm foram capazes de usar em grande escala.

Mo Jia, analista do setor de smartphones na empresa Canalys, disse que a Mate 40 provavelmente venderá bem na China, embora as vendas totais sofram com problemas na cadeia de fornecimento.

- A Huawei não terá dificuldade para vender a série Mate 40, já que a maior parte da remessa irá para a China - disse Jia. - Mas ela só pode produzir unidades limitadas com a série Kirin 9000, o que afetará o número de unidades dos Mate 40 que ela pode enviar.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 23/10/2020

FUNDADOR DA AMBEV VIRA SÓCIO DA LIGHT, QUE SE PREPARA PARA AUMENTO DE CAPITAL

Beto Sicupira comprou parte das ações de Ronaldo Cezar Coelho, um dos principais acionistas da concessionária
Por Bruno Rosa



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24707246-811-065/FT1086A/652/x232161376.jpg.pagespeed.ic.mWu28kooMi.jpg>

Light, concessionária de energia elétrica do Rio, conta com Beto Sicupira como acionista da empresa, segundo fontes Foto: Dado Galdieri/Bloomberg

RIO - Amigos há 50 anos, Beto Sicupira e Ronaldo Cezar Coelho são agora sócios da Light, concessionária de energia elétrica do Rio de Janeiro, de acordo com fontes a par das negociações. A amizade entre os dois começou nos anos 1970 quando Sicupira era sócio do banco Garantia e Cezar Coelho, do rival Multiplic.

Cezar Coelho que já é acionista da Light, através do fundo Samambaia, teria convidado Sicupira a fazer o que analistas consideram a primeira grande investida do fundador da 3G Capital no setor de infraestrutura.

Segundo fontes, Sicupira, que é sócio em empresas como Ambev e B2W, teria investido cerca de meio bilhão de reais na empresa de energia ao longo das últimas semanas. Assim, já teria 10% das ações da companhia.

Desses 10%, metade dos papéis foi comprado do fundo comandado por Cezar Coelho, que agora passa a ter 17,5% das ações da Light. O restante foi adquirido via mercado, destacou uma fonte. A maior acionista continua sendo a mineira Cemig, com 22,5%, segundo o site de RI da concessionária.

Segundo uma fonte ligada aos empresários, é a primeiro investimento de grande porte em energia de Sicupira, que na 3G Capital, por exemplo, tem ações de companhias como a Heinz, fabricante do molho de tomate, e rede de fast food Burger King.

A estratégia de Cezar Coelho, um dos acionistas mais participativos da empresa de energia, é preparar a companhia para um futuro aumento de capital, que deve ser de R\$ 1,5 bilhão. A ideia é que, com a saída da Cemig do bloco de controle, a Light se torne uma empresa de capital pulverizado, sem a figura do acionista controlador.

Nesse aumento de capital, Cezar Coelho pretende voltar a ter sua antiga participação de mercado, acima dos 20%. O objetivo dos acionistas da empresa é ampliar o escopo de negócios da Light nos próximos anos, de forma a aumentar a geração de caixa.

Procurados, os empresários não quiseram comentar.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 23/10/2020

FALTA INSUMO PARA QUASE 70% DAS INDÚSTRIAS, E EMPRESAS JÁ ATRASAM ENTREGAS

Levantamento da CNI mostra que, com crescimento rápido da demanda, empresas também enfrentam aumento nos preços de matérias-primas

Por Gabriel Shinohara

BRASÍLIA — Sondagem feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e divulgada nesta sexta-feira mostra que o setor industrial brasileiro está com dificuldade de obter insumos para a produção: 68% das indústrias relataram problemas para encontrar matérias-primas no mercado doméstico em outubro. Com o estoque reduzido, 44% das empresas já têm deixado de atender clientes ou atrasado entregas.

No caso da falta de insumos, o problema para suprimento é um pouco menor quando se tratam de matérias-primas importadas: 56% das empresas que compram seus insumos do exterior encontram dificuldade.

Na avaliação da CNI, essa falta de insumos aconteceu por conta da natureza da crise. No início da pandemia, a demanda caiu e, como reação, a redução no faturamento, o que levou as empresas a diminuir os estoques.

Porém, a retomada econômica foi mais rápida do que o esperado e pegou os fornecedores de insumos e matérias-primas despreparados

“As cadeias produtivas estavam desmobilizadas; produtores e fornecedores de insumos contavam com poucos produtos em estoque. Isso gerou escassez e aumento dos preços de insumos nesse período de retomada econômica”.

“Adiciona-se a esse choque a desvalorização do real, que aumentou os preços dos insumos importados e dos que, mesmo produzidos no país, têm seu preço atrelado ao mercado externo.”

Esse desequilíbrio entre oferta e demanda acabou levando a um aumento nos preços dos insumos. A pesquisa mostra que 82% das empresas perceberam um crescimento nos preços no terceiro trimestre de 2020 em comparação com o mesmo período do ano passado.

De acordo com os industriais ouvidos, 31% perceberam um aumento acentuado, 51% um aumento, 16% estabilidade nos preços e 2% queda.

Para o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi, os preços devem sofrer uma adaptação ao longo do ano, menos os que dependem muito do dólar por conta da alta na taxa de câmbio.

— A expectativa é que vai existir uma determinada acomodação dos preços dos insumos. Porém, nem todos, alguns são estruturais, questão da taxa de conversão do dólar ou mesmo questão da baixa produção, teve que reduzir, mas aí vamos ter acompanhar essa evolução.

Dificuldade de atender a demanda

De acordo com a sondagem, 44% das empresas estão com dificuldade de atender a demanda, deixando ou demorando a atender os clientes por causa do estoque reduzido.

Outro problema é a falta de trabalhadores e de recursos. A pesquisa apontou que para 23% das indústrias, falta mão de obra, enquanto 22% dizem que não têm recursos ou capital de giro para aumentar a produção.

Segundo Abijaodi, as empresas estão se readequando ao aumento na demanda, depois de passar por uma baixa durante a crise. Com isso, o nível de emprego deve subir, ainda que lentamente.

— Nós não temos hoje um comércio ativo, as encomendas não devem ser no ritmo que estavam sendo, mas a expectativa agora no fim do ano, pode representar um aumento de vendas e eles então estão avaliando desta forma, mas deverá sim crescer o emprego.

Os setores que mais enfrentam problemas em atender à demanda são os de móveis, com 70% das empresas relatando dificuldades; da indústria têxtil, com 65% e de produtos de material plástico, que registrou 62% das empresas com dificuldade.

Na avaliação das indústrias, esse problema não vai ser resolvido tão cedo. Mais da metade (55%) acredita que a situação só vai se normalizar em 2021. Essa expectativa mais longa é concentrada nos setores de papel e celulose, têxteis, alimentos, extração de minerais não metálicos, produtos de metal e imóveis.

Pequenas indústrias

A pesquisa também mostra que as pequenas empresas são as mais afetadas pela falta de insumos. Enquanto 66% das grandes têm dificuldade de atender os clientes, o número sobe para 70% nas pequenas.

No caso da obtenção de importados, a distância é ainda maior. Ao mesmo tempo em que 77% das pequenas relataram dificuldade de obter essas matérias-primas, apenas 50% das grandes se encontram na mesma situação.

O diretor da CNI explica que as pequenas empresas têm menos estrutura e menos fluxo de caixa, o que as torna mais suscetíveis ao impacto da crise. No entanto, Abijaodi ressalta que elas também conseguem encontrar mais alternativas para driblar as dificuldades.

— Elas são mais criativas em encontrar alternativas para poder sair. Elas têm necessidade de produzir com o mesmo material, mas como tem essa pressão, elas encontram outros meios e devem estar alertas.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 23/10/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

COM PARTICIPAÇÃO DE 24 GRUPOS, LEILÕES DE SANEAMENTO INDICAM SUCESSO DO NOVO MARCO LEGAL, DIZ CNI

Três licitações já foram realizadas, em Alagoas, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul; para a entidade, marco trouxe mais segurança jurídica para os investidores

Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A primeira leva de leilões de saneamento após a aprovação do novo marco legal tem se mostrado bem-sucedida, indicando a disposição da iniciativa privada em investir no setor, segundo avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que celebrou em nota o resultado dos três primeiros certames realizados desde a sanção da lei, em julho.

O último ocorreu nesta sexta-feira, 23, no qual a Aegea levou a melhor ao oferecer um desconto de 38,46% na tarifa máxima prevista, numa PPP para operação dos serviços de esgoto em 68 municípios de Mato Grosso do Sul.

Segundo a CNI, no total, 24 grupos participaram das três licitações realizadas até agora. A primeira envolveu a concessão dos serviços de água e esgoto da região metropolitana de Maceió

(AL), em que a empresa BRK Ambiental venceu a concorrência com um valor de outorga de R\$ 2 bilhões - um ágio de 12.800% (valor pago a mais do que o exigido pelo governo).

<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/5/0/1603205986705.jpg>

*Estação de tratamento de esgoto da Aegea em Manaus.
Foto: Aegea/Divulgação*



Além do leilão desta sexta, a Aegea também saiu vencedora no certame realizado na última terça-

feira, 20, dos serviços de água e esgoto nos municípios de Cariacica e Viana, no Espírito Santo, com desconto de 38,12% em relação à tarifa máxima prevista.

"Na avaliação da CNI, os três leilões foram bem-sucedidos e mostram um caminho a ser perseguido. Houve competição limpa e disputada, com participação de 24 grupos privados e públicos, incluindo novos entrantes de outros setores de infraestrutura, que vêm se aproximando desse mercado de saneamento", afirmou a entidade em nota.

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, destacou que o novo marco legal trouxe segurança jurídica para os investimentos e estabeleceu regras que privilegiam a eficiência na gestão dos serviços de água e esgoto. "Esse é o caminho para a universalização do saneamento básico. A concorrência é fundamental para aumentar a eficiência e atrair recursos financeiros para o setor", disse.

Andrade ressaltou que "alguns passos" ainda são fundamentais para a viabilidade do novo marco legal, como a manutenção pelo Congresso dos vetos do presidente Jair Bolsonaro - que barrou a possibilidade de as estatais renovarem seus contratos por mais 30 anos -, e uma maior agilidade na regulamentação da lei.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, um dos decretos mais esperados pelo setor, que irá definir os critérios de capacidade econômico-financeira das empresas, está atrasado.

"A CNI considera que o BNDES tem desempenhado papel importante na modelagem dos leilões no setor de saneamento e nos investimentos do setor e vê com otimismo o trabalho feito pelo banco para viabilizar os editais. Os próximos leilões estão previstos para ocorrer nos Estados do Rio de Janeiro, Acre e Amapá", conclui a entidade.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 23/10/2020

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL JÁ É DECISIVA PARA ESCOLHA DE INVESTIMENTOS, DIZEM GESTORES DE FUNDOS

Evento da Fundação FHC e da Amcham reuniu Carlos Takahashi, CEO da BlackRock, Marcelo Marangon, presidente do Citi para o Brasil, e o vice-presidente da B3, Juca Andrade, para discutir a importância dos critérios ESG no mercado financeiro
Por Érika Motoda, O Estado de S.Paulo

Os critérios ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) vem ganhando tanta força no mercado financeiro, que já são decisivos para a definição de investimentos, disseram executivos que participaram do painel "ESG e Investimentos", promovido nesta sexta-feira, 23, pela Fundação FHC e pela Câmara Americana de Comércio (Amcham).

Participaram do evento Carlos Takahashi, CEO da BlackRock, e Marcelo Marangon, presidente do Citi para o Brasil, além de Juca Andrade, vice-presidente de Produtos e Clientes da B3, que falou sobre as novidades nos índices temáticos da Bolsa de Valores.

O Citi lançou a meta de alocar US\$ 250 bilhões, no prazo de cinco anos, em iniciativas baseadas em três alicerces: transição para baixo carbono, risco climático e operações sustentáveis. A primeira diz respeito ao aumento da alocação de capital em atividades com energia renovável e conservação de água, por exemplo.

A segunda, sobre a análise de projetos tanto na perspectiva do cliente quanto do próprio banco. "Qual impacto traz para o portfólio de empréstimo do banco? Estamos de fato trabalhando para reduzir carbono ou não?", questionou Marangon. E, por fim, o Citi pretende prover 100% de energia renovável até o fim do ano nas operações do dia a dia no mundo.

O tomador de empréstimo do Citi, contou, se compromete a atingir metas socioambientais com o uso dos recursos. "Se não atingir, há a reprecificação das transações. Assim, conseguimos

colocar incentivos financeiros para que eles persigam essa meta. Temos um time dedicado que faz visita in loco às plantas que estamos financiando”, afirmou Marangon.

Takahashi lembra que a BlackRock, enquanto gestora de recursos de terceiros, tem uma participação relevante em várias empresas do mundo. “No Brasil, temos no portfólio algo em torno de US\$ 35 bilhões em renda variável e fixa. De forma que a BlackRock pode induzir as empresas a adotarem práticas mais apropriadas de sustentabilidade, sobretudo com o engajamento nos conselhos das empresas e com voto, quando necessário, para que efetivamente as empresas adotem posturas mais apropriadas.”

Segundo ele, atualmente, a gestora tem cerca de UR\$ 127 bilhões em investimentos sustentáveis. Desses, US\$ 25 bilhões entraram em 2020, duas vezes mais que no ano passado. “É um indicativo claro do interesse dos investidores em projetos que possam trazer impactos positivos à sociedade. Assumimos o compromisso de alcançar a cifra de US\$ 1 trilhão do nosso patrimônio em investimentos sustentáveis até 2030.”

E a B3 está reformulando neste ano um dos seus principais índices de sustentabilidade, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), o quarto índice de sustentabilidade criado no mundo, em 2005.

Para compor esse índice, atualmente, as companhias detentoras das 200 ações mais valorizadas da Bolsa brasileira precisam preencher um questionário composto pelos seguintes temas: econômico-financeiro, geral, ambiental, governança corporativa, social, mudança do clima e natureza do produto

Segundo Andrade, o questionário está sendo aprimorado. “Talvez algumas perguntas não se apliquem a determinadas empresas. Precisamos ser mais cirúrgicos, dependendo do setor de atuação”, disse, sem entrar em detalhes.

Nesta semana, a B3 também anunciou uma parceria com a GPTW (Great Place to Work) para desenvolver índices reunindo empresas que integram o ranking das melhores empresas para se trabalhar. “Deve começar a (existir) partir de 2021.”

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP
Data : 23/10/2020*

PROJETO QUE FACILITA NAVEGAÇÃO NA COSTA BRASILEIRA SÓ DESTRAVA COM SOLUÇÃO DO ORÇAMENTO, DIZ RELATOR

Texto tem como objetivo aumentar o volume de cargas da chamada navegação de cabotagem, entre portos ou pontos da costa; disputa pela presidência da Comissão Mista de Orçamento atrasou a votação

Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo



BRASÍLIA - O projeto que facilita a navegação comercial da costa brasileira, conhecido como BR do Mar, só deve deslanchar na Câmara dos Deputados quando a briga pela presidência da Comissão Mista de Orçamento (CMO) estiver resolvida. A avaliação é do deputado João Carlos Gurgel (PSL-SP), escolhido para relatar a medida que tem como objetivo aumentar o volume de cargas da chamada navegação de cabotagem, entre portos ou pontos da costa.

<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/8/9/1603478366098.jpg>

João Carlos Gurgel, deputado federal pelo PSL Foto: Câmara dos Deputados/Reprodução

Apesar de uma sessão plenária ter sido marcada para a próxima terça-feira, 27, a disputa pela CMO já atrasou a previsão do governo, que queria avançar na apreciação do BR do Mar nesta semana.

Além disso, não há garantias de que o imbróglio envolvendo a comissão do Orçamento esteja resolvida até a próxima sessão. "Nós temos ainda aqui o problema da CMO, que está travando a pauta da Câmara. Terá sessão na terça-feira. Se já estiver instaurada a CMO, a sessão vai a frente", disse Gurgel.

Enquanto a solução não vem, o deputado aproveita o tempo para se inteirar do projeto e ouvir os setores, já que recebeu a relatório do texto somente na última sexta-feira, 16. A nomeação chegou dois meses depois de a proposta chegar ao Congresso, enviada pelo governo em regime de urgência constitucional para ser votado em 45 dias, prazo já estourado.

"Eu vou apresentar tão logo sinta segurança de que o trabalho está feito de forma correta. Se ele for motivo de trancar pauta, não vou deixar País parado por causa dele, essa é minha posição. A hora que destravar (a CMO) eu coloco o projeto para ser discutido e votado ", disse.

Entre os pilares do projeto estão as regras mais flexíveis para afretamento de embarcações estrangeiras para uso na cabotagem. Com isso, o Executivo espera aumentar a frota e impulsionar a participação do modal no transporte de cargas. O relator, por sua vez, já avisa que seu parecer fará ajustes no texto do governo, que recebeu 83 emendas de deputados.

Sem adiantar quais alterações trará em seu parecer, o deputado disse à reportagem que um dos pontos discutidos com o governo é sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRRM). Diversas emendas sugerem a redução ou a isenção do AFRRM para navegação de longo curso. O pleito vem principalmente do agronegócio, já que a alíquota de 25% tem peso significativo no preço de fertilizantes.

"O que posso te adiantar é que estamos buscando um meio termo, ajuste que contemple (o ministério da) Economia e contemple a da Infraestrutura. São várias coisas que estamos discutindo, prazo, alíquota", afirmou o deputado.

Segurança

Gurgel, que era sargento da Polícia Militar, também afirmou ter vontade de incluir no seu parecer uma regulamentação sobre a competência de fiscalização no transporte de cabotagem. "Eu queria já nesse projeto regular a atuação da segurança pública. Vai gerar um novo mercado, uma nova BR. E a competência não está muito clara. É competência da Marinha? É. É competência da PF? É", comentou o deputado, que já se vê praticamente vencido na discussão.

"Há um consenso de não querer misturar. Talvez eu não vá fazer o que eu gostaria que fosse, para não prejudicar o projeto, mas talvez apresente projeto em separado sobre essa questão", disse ele.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 23/10/2020

ESTUDO INDICA CAMINHOS PARA EMPRESAS DE ENERGIA AVANÇAREM EM METAS DE DESCARBONIZAÇÃO

Rede Brasil do Pacto Global, criada em 2000 pelo ex-secretário-geral da ONU Kofi Annan, propõe, até 2030, ampliar de 46,1% para 48 a participação da energia renovável na matriz energética e instalar 80 mil eletropostos

Por Denise Luna, O Estado de S.Paulo

RIO - Depois dos compromissos ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) ganharem importância no mercado financeiro, se tornando um dos parâmetros para decisões de investimentos, o Brasil deve voltar os olhos para outra sigla igualmente difundida no mundo inteiro: a SBT (Science Based Targets), ou metas baseadas na ciência, uma forma de garantir que

as iniciativas ambientais tomadas pelas empresas sejam realmente eficientes para cumprir o Acordo de Paris, que visa a conter o aquecimento global abaixo de 2 graus Celsius.

Com objetivo de elaborar metas claras para o setor elétrico brasileiro, a Rede Brasil do Pacto Global - órgão criado no ano 2000 por Kofi Annan, então secretário-geral das Nações Unidas - lançou o estudo "Integração dos ODS no Setor Elétrico Brasileiro: Indicadores e Metas", que estabelece compromissos para as empresas assumirem responsabilidades locais de redução de emissões de gases efeito estufa (GEE).

"Se fala muito em ESG, e estamos falando da mesma coisa. Só que a ESG é da perspectiva do setor financeiro e a sustentabilidade é o jeito que a empresa tem para lidar com a sustentabilidade. O estudo tenta entender os impactos negativos e positivos do setor para fortalecer os positivos, e, na sequência, reduzir os danos", explica Carlo Pereira, diretor executivo da Rede Brasil do Pacto Global.

Dos 17 Objetivos de Desenvolvimento de Sustentabilidade (ODS) do Acordo de Paris, que são interligados, o estudo identificou cinco que devem ter a adesão do setor elétrico para contribuir com o esforço global. Entre os cinco ODS escolhidos, a adesão ao SBT é um dos mais relevantes e já foi adotado por cinco empresas do segmento no Brasil: EDP, Enel, Engie, AES e Iberdrola.

Foram selecionados para o setor elétrico os objetivos 7 (Energia acessível e limpa); 8 (Trabalho decente e Crescimento Econômico); 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura); 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e 13 (Ação contra a mudança global do clima), onde se encaixa a SBT.

"A ambição desse estudo é que, até 2023, 15 empresas tenham essas metas baseadas na ciência aprovadas. Isso representa 40% da energia gerada no Brasil", informa Pereira, destacando a urgência da adoção de medidas mais concretas. Hoje essa adesão representa 14% da energia gerada no País. "Não tem mais tempo para esperar, precisamos que essas ações gerem resultados", completou.

Além de mais empresas com metas baseadas na ciência, o estudo propõe garantir até 2030 acesso à eletricidade para 100% da população (hoje é de 99,8%); subir de 46,1% em 2019 para 48% em 2030 o peso da energia renovável na matriz energética; obter 5% de ganho em eficiência energética até 2030; zerar o número de mortes entre trabalhadores do setor (foram 28 em 2019); instalar até 80 mil eletropostos até 2030; reduzir as perdas não técnicas de 15% (2018) para 13% em 2030; e ampliar o incentivo a cidades inteligentes.

De acordo com Pereira, na 26.ª Conferência de Partes das Nações Unidas (COP26), prevista para o final de 2021, o foco será a comercialização de crédito de carbono e o chamado "race to zero" (corrida para o zero), para zerar emissões de GEE até 2050. Para isso, alerta, são necessárias medidas concretas. "A gente não quer voltar àqueles relatórios de sustentabilidade de antigamente, que pareciam mais um álbum de fotografias do que um relatório. A gente quer um tratamento efetivo e sério", afirma.

Para a EDP Brasil, uma das apoiadoras do estudo e líder no País em mobilidade elétrica, com ambições de crescimento também na energia solar, a base científica é fundamental para estabelecer as metas de descarbonização, principalmente após a pandemia de covid-19.

"O estudo é um passo inicial para mobilizar e sensibilizar as empresas para os ODS. A visão de poucas empresas pode influenciar as outras e a gente pode ver daqui para frente 100% das empresas de energia do Brasil baseadas na ciência", diz Dominic Schmal, gestor executivo de Sustentabilidade da EDP Brasil.

A empresa inaugurou esta semana no litoral de São Paulo o primeiro eletroposto de recarga ultrarrápida da América do Sul. No ano passado, a EDP global aderiu a metas de SBT e este ano foi a vez da EDP Brasil reforçar seus compromissos, anunciando que vai se tornar 100% renovável no País até 2030 e livre de carvão. A outorga da única térmica a carvão da empresa vence em 2027.

"O Brasil tem as maiores vantagens na questão da economia verde. Nossa proposta é que haja mais metas com compromisso baseado na ciência", conclui Schmal, que aposta na eletrificação como caminho para a descarbonização no setor de transporte, responsável por um terço das emissões globais.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 23/10/2020

Valor
ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

AÇÕES DE ESTRANGEIRAS TÊM RECORDE DE NEGOCIAÇÃO NA B3 APÓS LIBERAÇÃO À PESSOA FÍSICA

Os ativos mais procurados no pregão de ontem foram da Tesla, Apple, Mercado Libre, Alibaba, Amazon, Alphabet, Facebook, Microsoft, NVidia e Walt Disney,

Por Ana Carolina Neira, Valor — São Paulo

O primeiro dia de negociações dos recibos de ações de empresas estrangeiras (BDRs) para pessoas físicas na B3 já trouxe um recorde: de acordo com dados da própria bolsa, foram registrados 31.522 negócios ontem, algo inédito para esse tipo de ativo desde sua criação.

A máxima anterior era de 11.971 negociações de BDRs em um único dia, enquanto a média diária de 2020 é de 1.423 transações.

Também no dia 22, o volume financeiro dos BDRs foi de R\$ 140 milhões, em linha com o que tem sido visto no mercado nos últimos dias, mas ainda assim expressivo diante da média diária deste ano, de R\$ 84 milhões.

Segundo a B3, os ativos mais procurados no pregão de ontem foram da Tesla, Apple, Mercado Libre, Alibaba, Amazon, Alphabet, Facebook, Microsoft, NVidia e Walt Disney, demonstrando o apetite dos investidores por pelas gigantes da tecnologia, reconhecidamente bem consolidadas em suas áreas de atuação.

Na avaliação de Tiago Sampaio Cunha, gestor da Grou Capital, o momento é bastante positivo para esse tipo de lançamento na bolsa, uma vez que o pequeno investidor brasileiro está bastante interessado na renda variável e busca explorar novas possibilidades.

"Há uma tendência de pessoa física investindo em equities no geral, impulsionados pelo juro baixo", explica.

Ainda de acordo com dados da B3, o saldo dos investidores pessoa física na bolsa está positivo em R\$ 61,244 bilhões em 2020, considerando o pregão de 21 de outubro. No mês, porém, o saldo está negativo em R\$ 19,5 milhões.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 23/10/2020

NOVAS TECNOLOGIAS AUMENTAM ACESSO A DINHEIRO FÍSICO

Pagamento instantâneo e outras inovações transformam lojas em agências de serviços financeiros

Por Sérgio Tauhata — De São Paulo

Ainda que pareça um contrassenso, o uso do dinheiro físico pode até se tornar mais presente no comércio com a chegada do Pix, o sistema de pagamentos instantâneo do Banco Central - pelo menos, para uma parcela da população que transaciona frequentemente com numerário ou

recebe em espécie, como os informais. A estreia operacional da ferramenta está programada para dia 16 de novembro.



[https://s2.glbimg.com/vXMOxU0OhGRfVxbLgNFEtnxDyyg=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/LQ/XhhOavT8e1LMaFdC6P9w/foto23fin-101-dinheiro-c3.jpg](https://s2.glbimg.com/vXMOxU0OhGRfVxbLgNFEtnxDyyg=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/LQ/XhhOavT8e1LMaFdC6P9w/foto23fin-101-dinheiro-c3.jpg)

Ingrid, da ABFintechs: “Tecnologia muda jeito de consumir serviço bancário” — Foto: Divulgação

Um dos impactos esperados do sistema é, justamente, o de desestimular o uso de cédulas de papel nas transações. Isso porque a transferência digital não terá custo para as pessoas físicas e estará disponível 24 horas nos sete dias da semana. No entanto, a combinação do Pix, do open banking e das novidades regulatórias dos últimos anos, como o incentivo às fintechs, com as iniciativas da própria indústria bancária vai ajudar a quebrar uma tradicional barreira física do sistema financeiro.

Possibilidade de saques no varejo reduz vantagem de bancos com capilaridade de rede física de agências

As inovações vão permitir que qualquer banco digital ou fintech tenha capilaridade de pontos físicos para saques em dinheiro e pagamentos de contas que até então apenas as grandes instituições de varejo conseguiam por meio de redes de agências e caixas eletrônicos. O BC já anunciou que pretende liberar, no primeiro semestre do próximo ano, o saque Pix no varejo. Na prática, a facilidade vai permitir que

as pessoas físicas façam retiradas de dinheiro em qualquer loja, supermercado ou de serviços, como salões e outros estabelecimentos.

Para as empresas, as vantagens vão desde diminuir custos com armazenagem e transporte de papel moeda e ampliar a segurança com menos numerário dentro do ponto físico até atrair o cliente para dentro da loja.

Apesar do avanço do pagamento eletrônico, o uso de dinheiro ainda está muito presente no dia a dia de grande parte da população, como mostra uma pesquisa do BC. Quase um terço ou 29% dos trabalhadores brasileiros recebiam em espécie em 2018, no dado mais recente disponível. Em termos de classes, 51% dos integrantes da C declaram usar cédulas e moedas como principal meio de pagamento. Na B, a fatia cai para 30% e nas D e E, a 14%. No topo da pirâmide, o percentual é de apenas 4%.

O levantamento indica ainda que o dinheiro físico ainda é muito utilizado em estabelecimento de pequeno porte, como restaurante, bares, lojas, mercados, salões de beleza, padarias e outros. O papel ainda é usado em maior ou menor grau por 96% da população e aparece em 82% das transações de valores até R\$ 20.

“Aquela vantagem competitiva das agências dos bancos tradicionais, da grande capilaridade, hoje não é mais vantagem, mas custo”, afirma o cofundador e diretor de tecnologia e produto da fintech PicPay, Anderson Chamont. “Agora não precisa mais ter agência e nem ser correntista de banco para fazer transferências, receber e sacar dinheiro.”

Para a diretora da ABFintechs e fundadora do Linker Bank, Ingrid Barth, “não é que a gente não vai mais consumir bancos, mas o que vai mudar é a maneira como consumimos esses serviços, sem ficar presa a uma única instituição”. A executiva aponta que “o impacto das transformações tecnológicas não é algo exclusivo do setor financeiro, vejo a concorrência aumentar em todas as indústrias”.

A possibilidade de clientes poderem fazer saques e eventualmente pagar contas no varejo ajuda também a inclusão de mercados que hoje estão fora do radar dos incumbentes. Segundo o superintendente de novas plataformas da TecBan, Tiago Aguiar, “existem 1,5 mil cidades que não têm agência bancária, ou seja, não tem serviços bancários, isso dá 11 milhões de pessoas”. O executivo acrescenta que “ainda existe outro patamar de cidades que são pouco assistidas pela indústria, então tem bastante mercado para todo mundo”.

Para Aguiar, “quando tem um novo produto a gente sempre tende a pensar que a nova solução vai tomar o espaço da antiga, mas penso o contrário; acho que estamos ampliando o mercado, esse bolo vai aumentar seja pela questão do uso do dinheiro e de outros meios de pagamento”.

O pacote de inovações regulatórias que têm impulsionado a concorrência no sistema financeiro e no setor de pagamentos vai além do Pix. O BC nos últimos anos, dentro da agenda BC+ e atual BC#, tem realizado inúmeras mudanças normativas, como a criação de novas figuras de instituições financeiras, as sociedades de crédito direto (SCD) e as sociedades de crédito entre pessoas (SEP), além de uma nova segmentação para bancos com cinco níveis de peso regulatório.

“Junto com o pagamento instantâneo e outras iniciativas do BC, a possibilidade de os novos participantes do sistema financeiro terem uma licença mais soft, mais simples que a de um banco tradicional, ajuda a mudar a maneira como se consome os produtos do setor”, aponta Ingrid, da ABFintechs. “E não falamos só sobre pagamentos, mas mais crédito, democratização de acesso a serviços financeiros e melhora da experiência, possibilitados pela tecnologia, infraestrutura e facilidade de validação que as fintechs estão trazendo.”

“A promessa é que o Pix, somado a outras iniciativas como o open banking e o cadastro positivo, traga mais transparência, competitividade e principalmente aceleração da digitalização de micro e pequenos empresários”, diz o professor de empreendedorismo e inovação da ISAE Escola de Negócios, Rafael Schroeder. O especialista lembra que o próprio Pix integra a agenda da autoridade desde 2013.

Chamont, da PicPay, acredita que os “serviços financeiros serão cada vez mais um serviço de infraestrutura como telefonia”. O crescimento da cadeia de valor “permite que nossos estabelecimentos e parceiros possam vender mais, não é só transacional, mas de entrega de mais vendas”.

O novo ecossistema digital tem impulsionado a chegada de novos entrantes no mercado. A LiveOn, empresa que fornece infraestrutura para startups que desejam oferecer serviços financeiros, quintuplicou a base de clientes só neste ano. Segundo o CEO Lucas Montanini, a chegada do Pix e do open banking está por trás desse crescimento.

Mais de 20 empresas aderiram às soluções da LiveOn em 2020, o que aumentou o portfólio para 28 fintechs, das quais 27 são bancos digitais. De acordo com o grupo, o volume de transações na plataforma subiu de R\$ 150 mil para R\$ 40 milhões em três meses e deve terminar o ano em R\$ 100 milhões.

“Somos uma plataforma ‘white label’ de ‘banking as a service’”, explica. Os serviços oferecidos incluem gestão de conta digital, cartão pré-pago e de débito, transferências e pagamentos, como o Pix.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 23/10/2020

NO BRASIL, COMPANHIAS MENORES VIVEM MOMENTO DE EXPANSÃO

Pequenos e médios produtores têm ampliado a presença mesmo na pandemia, alavancados pela venda de campos maduros da Petrobras

Por André Ramalho e Gabriela Ruddy — Do Rio

23/10/2020 05h00 Atualizado Enquanto o mercado global de óleo e gás vê o início de um movimento de consolidação, por meio de aquisições de petroleiras menores em dificuldades financeiras por empresas maiores, no Brasil o momento é diferente. Pequenos e médios produtores têm ampliado a presença no setor mesmo durante a pandemia de covid-19. Alavancado pelos campos maduros à venda pela Petrobras, o setor convive com a entrada de novos agentes, a maioria suportada por fundos de private equity, como 3R Petroleum, Karavan e Trident Energy.

“No Brasil ainda acho que esse movimento [de consolidação] retarda um pouco. Tem muita empresa chegando, empresas com expertise em trabalhar com custos mais enxutos”, opina o sócio da área da KPMG, Anderson Dutra.

Diante da expectativa de que a pandemia acelerará a transição energética, o Brasil não estará sozinho na atração de investimentos desses pequenos e médios produtores e deve enfrentar a concorrência por capital. Enquanto a Petrobras enxuga a sua carteira de projetos, para se concentrar cada vez mais no pré-sal, as grandes multinacionais também prometem “limpar” o portfólio. A previsão é que o consumo de petróleo começará a declinar nas próximas décadas. Diante disso, as petroleiras começam a investir em renováveis e a concentrar a produção de óleo e gás em ativos com custos de extração mais baixos, que lhes permitam manterem-se competitivas frente a um mercado menor.

Um estudo da consultoria Rystad Energy destaca que, para se ajustarem à transição energética, as gigantes ExxonMobil, BP, Shell, Total, Eni, Chevron, Equinor e ConocoPhillips podem ter que vender, juntas, até 68 bilhões de barris de óleo equivalente em reservas - estimadas em US\$ 111 bilhões. Uma verdadeira enxurrada de ativos que o mercado, segundo especialistas, não será capaz de absorver. A consequência disso é que muitos ativos, sem donos, serão abandonados e que muitos projetos sequer sairão do papel.

Dutra, da KPMG, confia que o Brasil ainda “surfará uma onda boa” na atração de investimentos. “Com a taxa de juros mais baixa no Brasil, o investimento direto passa a ser melhor opção. Nossos ativos são bons, temos juros baixos”, disse. “Mas não podemos deixar de trabalhar na agenda da competitividade, nas reformas tributária, administrativa”, ressaltou.

A tendência é que, concentradas no pré-sal, no Brasil, as grandes petroleiras estrangeiras também comecem a enxugar a carteira de campos maduros no país. “Não é uma janela oportunista [de aquisições de ativos], é um ciclo que vai se manter por muitos anos... Estamos inseridos num nicho que deve se perpetuar durante um bom tempo, por conta dessa revisão de portfólio das ‘majors’”, disse o diretor de Relações com Investidores da PetroRio, George Kassab, em evento on-line em setembro.

O chefe de pesquisa da área de exploração e produção de petróleo da Wood Mackenzie na América Latina, Marcelo de Assis, é mais cético quanto à capacidade da Petrobras de vender todos os seus campos maduros em águas rasas, que possuem reservas menores e custos de extração mais elevados. Ele destaca que o setor já passou pelo pior, em relação aos efeitos do choque de preços no ano, mas que encontrar compradores para ativos continuará sendo um desafio. Principalmente porque os desinvestimentos de campos maduros da Petrobras despertam mais o interesse de empresas menores, mais dependentes de financiamento para aquisições. “Isso vai acabar se ajustando no preço [pressionado para baixo]. Os bancos vão olhar com mais cautela o suporte aos novos compradores. Por isso a Petrobras está nesse movimento de vender campos maiores e mais lucrativos como Albacora”.

Com a revisão da carteira, a Rystad estima que a presença global das multinacionais se tornará mais restrita e que, ao fim do processo, as grandes companhias do setor passem a atuar em, no máximo 16 países cada uma. Hoje, por exemplo, a Total está em 59 países, enquanto a Shell em 47.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 23/10/2020



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

AEGEA SANEAMENTO VENCE LEILÃO DA PPP PARA UNIVERSALIZAR ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM MS

O leilão foi promovido na manhã desta sexta-feira (23), na sede da Bolsa de Valores brasileira (B3), em São Paulo.

Por G1 MS



[https://s2.glbimg.com/rQlnHut1B9JFzOq0BXO46xndtYo=/0x0:922x598/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/s/Z/Mfj6udQtWIncBtSfH3QA/batida-martelo.jpg](https://s2.glbimg.com/rQlnHut1B9JFzOq0BXO46xndtYo=/0x0:922x598/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/s/Z/Mfj6udQtWIncBtSfH3QA/batida-martelo.jpg)

Batida de martelo que simbolizou o encerramento do leilão da PPP do esgotamento sanitário da Sanesul em MS — Foto: Reprodução/G1MS

A Aegea Saneamento e Participações S.A., controladora da Águas Guariroba, concessionária que atende Campo Grande, venceu o leilão da licitação da parceria público-privada (PPP) de esgoto da empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul).

O leilão foi promovido na manhã desta sexta-feira (23), na sede da Bolsa de Valores brasileira (B3), em São Paulo.

A Aegea venceu o leilão com uma proposta de R\$ 1,36/ m³, o que representou um deságio de 38,46% frente ao valor máximo previsto que era de R\$ 2,21/m³.

A concessão é pelo prazo de 30 anos, mas em um período de 10 anos, segundo o governo do estado, o serviço de coleta e tratamento de esgoto deverá ser universalizado nos 68 municípios atendidos pela Sanesul.

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) destacou que ocorreram enormes desafios e barreiras para viabilizar o projeto, mas que a iniciativa vai abreviar o tempo e possibilitar que o estado saia de 46% de cobertura com coleta e tratamento de esgoto nos municípios atendidos pela Sanesul para a universalização. “Isso é um ganho extraordinário para 1,7 milhão de pessoas em Mato Grosso do Sul”.

Azambuja destacou que essa universalização deve ser um dos legados ao fim do sem mandato e lembrou que na construção do PPP houve uma grande preocupação para construir uma modelagem que atendesse principalmente os pequenos municípios, que tem até 5 mil habitantes. “Será um ganho a população, a entrada do capital privado e sua associação ao poder público, para poder ofertar saneamento de qualidade”, destacou.

O leilão

Após avaliação da B3 e comissão de licitação, foram consideradas aptos a participar do leilão os consórcios Avançar BR e Cosams; e as empresas Aegea e Iguá.

As propostas apresentadas foram:

- Aegea R\$ 1,36/m³
- Iguá R\$ 1,70/m³
- Avançar R\$ 1,75/m³
- Cosams R\$ 1,58/m³

Conforme previsto no edital, como foram apresentadas mais uma proposta válida, o leilão seguiu para uma segunda etapa, em viva voz presencial, com três empresas credenciadas: Aegea, Cosams e Iguá.

Nesta etapa a Aegea manteve a proposta e não houve manifestações das concorrentes, sendo declarada a vencedora do certame.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data : 23/10/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

TCU RECOMENDA QUE RECEITA APURE RESSARCIMENTO DE COBRANÇAS DE THC

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 23/10/2020 - 16:31



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/181104-conteiner-porto-exportacao.jpg>

Arquivo/Divulgação

Em processo, Logística Brasil apontou supostas sonegações fiscais e sobrepreços cometidos por armadores estrangeiros em portos brasileiros que podem chegar à casa dos bilhões, prejudicando exportadores e importadores. Centronave frisa que serviço prestado já é devidamente tributado e não se configura em qualquer espécie de sonegação.

O Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou que a Receita Federal apure indícios de sonegação fiscal na apropriação das receitas de Terminal Handling Charge (THC) por armadores estrangeiros que atuam no Brasil. A decisão faz parte de um processo que apura denúncias de omissões da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) perante o aumento abusivo das tarifas e suposta falta de fiscalização do ressarcimento dos valores cobrados por armadores a título de THC. Na sessão plenária do último dia 2 de setembro, os ministros do TCU, por unanimidade, negaram o recurso do Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), entidade representante dos armadores estrangeiros, que tentava derrubar o caráter ressarcitório do THC, permitindo que os armadores possam obter receitas com a cobrança.

O ministro Benjamin Zymler, relator do processo no TCU, considerou imprescindível que a Antaq adote procedimentos visando atestar e assegurar que as empresas de navegação estrangeiras que escalam os portos brasileiros estão respeitando os direitos dos demais agentes setoriais, em especial dos usuários. "A escolha desses procedimentos deverá ser feita pelo ente regulador, de forma devidamente motivada, no exercício de sua competência discricionária", salientou Zymler em seu voto. A denúncia ao TCU foi apresentada em 2014 pela Usupport-RJ — atual Associação Brasileira dos Usuários dos Portos, de Transportes e da Logística (Logística Brasil), que representa embarcadores nacionais.

Procurada pela Portos e Navios, a Antaq ressaltou que compete a ela a fiscalização regulatória do caso em cumprimento à resolução normativa que trata do THC (RN-34/2019). "A Antaq tem se debruçado sobre o tema e, por isso, refutamos ser negligentes. O assunto ainda é tema da agenda regulatória biênio 2020/2021", informou. A Antaq também frisou que questões relacionadas a tributos não são competência da agência reguladora. Questionada se já apurou

sobrepreços nas cobranças do THC e se, caso comprovados, os donos de cargas teriam direito de reaver as quantias pagas a mais, a Antaq respondeu que a apuração ocorre em sigilo.

O Centronave afirmou que o THC está previsto na RN-34 e consiste no ressarcimento de um serviço prestado pelos terminais e operadores portuários e cobrado pelos transportadores marítimos aos exportadores e importadores. A associação enfatizou que o THC é um ressarcimento de prestação de serviços já tributados na origem. Para o Centronave, qualquer tributação adicional se constituiria numa 'dupla e incorreta' bitributação. "Tal serviço prestado já é devidamente tributado, portanto não cabe qualquer cobrança adicional nem se configura, por esta razão, em qualquer espécie de sonegação", informou em nota. O Centronave ressaltou que a Antaq iniciou uma tomada de subsídios sobre o THC e que a associação, oportunamente, apresentará suas contribuições, inclusive trazendo as regras adotadas em outros países.

Uma decisão recente da Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro pode abrir precedente para cobranças bilionárias contra armadores estrangeiros que operam no Brasil. A agência marítima verticalizada da armadora francesa CMA CGM foi condenada pelo Conselho de Contribuintes da Prefeitura do Rio a pagar R\$ 2,69 milhões por sonegação de ISS que deveria incidir sobre o THC. O valor apurado é de R\$ 1,4 milhão, somando-se 90% em multas. A multa municipal é referente ao período de janeiro de 2012 a junho de 2016. Até o fechamento desta reportagem, a CMA CGM não havia comentado a decisão. A empresa não informou se recorreu ou pretende apresentar recurso.

De acordo com a RN-34, o THC é uma cobrança que poderá ser realizada pelo armador sobre os exportadores e importadores a título de ressarcimento. A Logística Brasil entende que essa transação consiste na cobrança de uma receita que é do terminal para simples repasse de despesa. O argumento é que a norma da Antaq proíbe que armadores obtenham receitas com o THC, prática que aumentaria os custos dos exportadores e importadores. No caso penalizado no Rio, a associação considera que, além de ter desrespeitado a norma, o armador vinha aplicando sobrepreço, sem emitir nota fiscal de serviços para recolher os tributos devidos sobre a diferença cobrada a mais dos importadores e exportadores.

A Logística Brasil estima que as sonegações dos armadores apenas na cidade do Rio de Janeiro, considerando que todos têm a mesma prática de cobrança, ultrapasse os R\$ 20 milhões de ISS. Em Santos, o valor a ser recuperado pelo município poderia chegar a mais R\$ 200 milhões. Os cálculos não contabilizam impostos federais que podem vir a ser auditados. A associação alega que, caso devidamente apurados em todos os portos do Brasil, o total de impostos devidos, segregando apenas o THC, possa ultrapassar R\$ 1 bilhão.

Com base nos números da Prefeitura do Rio, um processo fiscalizatório da Antaq em 2018 que apurou prática ilegal sobrepreço por diversos armadores e o volume de contêineres movimentados no país, a Logística Brasil estima que os donos de cargas brasileiros podem ter desembolsado, no mesmo período de apuração, mais de R\$ 4 bilhões de sobrepreço na cobrança do THC. À reportagem, a Secretaria Municipal de Fazenda informou, em nota, que realiza diversas fiscalizações nesse sentido, as quais, muitas vezes, resultaram em 'autos de infrações que tramitam pelo contencioso administrativo e são protegidos pelo sigilo fiscal'.

Para a Logística Brasil, a multa aplicada pela Fazenda do Rio reforça o entendimento de que os serviços portuários que compreendem o THC são iguais aos demais prestados pelos terminais, não podendo ser considerado um serviço prestado pelo armador. A entidade defende que os donos de cargas têm direito de reaver as quantias pagas a mais. "Ocorre o que estamos falando desde 2014: com o sobrepreço que os armadores praticam com o THC, dá e sobra para pagar praticagem, rebocadores e terminais portuários", afirmou o diretor-presidente da Logística Brasil, André de Seixas. Os usuários alegam que os armadores não recolhem os tributos sobre os sobrepreços, retiram receitas dos terminais, que as repõem em outros serviços. Essas práticas, segundo a Logística Brasil, prejudicam exportadores e principalmente os importadores que, além de terem que pagar sobrepreços, têm que pagar impostos indevidos sobre o THC. "A forma com a qual os armadores estabeleceram a cobrança, via conhecimento de transporte (B/L), à revelia da Antaq desde sempre, faz com o THC se associe ao transporte internacional, compondo o valor aduaneiro", apontou Seixas.

A associação entende que o efeito da falta de regulação sobre a forma de cobrança é que os serviços portuários que compreendem o THC acabam sendo associados ao transporte, fazendo com que entrem no valor aduaneiro, gerando pagamentos distorcidos de bilhões em tributos que não recaem sobre serviços dos portos, que dobram o valor do THC na importação. "Na teoria, o poder de barganha dos armadores sobre os terminais seria uma forma de reduzir os custos portuários dos exportadores e importadores. Não estamos preocupados com a sonegação fiscal, pois isso os armadores terão que resolver com os Fiscos. A preocupação da associação é com os bilhões pagos de sobrepreços e impostos indevidos pelos usuários", disse Seixas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/10/2020